

**MARILUCE FERNANDES**

**REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E PAPEL DA MOEDA  
SOCIAL NO MUNICÍPIO DE DOURADOS, MATO GROSSO  
DO SUL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO  
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL  
CAMPO GRANDE / MS  
2010**

**MARILUCE FERNANDES**

**REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E PAPEL DA MOEDA  
SOCIAL NO MUNICÍPIO DE DOURADOS, MATO GROSSO  
DO SUL**

Pesquisa apresentada à Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Centro de Pesquisa Pós-graduação e extensão em Desenvolvimento Local: Nível mestrado acadêmico, com área de concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades. Linha de Pesquisa: Desenvolvimento local em territorialidades de micros e pequenos empreendimentos. sobre a orientação do Prof. Dr. Olivier François Vilpoux.

**CAMPO GRANDE – MS**

**2010**

### Ficha catalográfica

Fernandes.Mariluce

F363r Rede de economia solidária e papel da moeda social no município de  
Dourados, Mato Grosso do Sul / Mariluce Fernandes; orientação, Olivier  
François Vilpoux. 2010

101f. + anexos

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) – Universidade  
Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010.

1. Desenvolvimento local 2. Economia solidária 3. Desenvolvimento  
econômico e social 4. Moeda – Aspectos sociais I. Vilpoux, Olivier  
François II. Título

CDD – 338.9

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Título:** “Rede de economia solidária e papel da moeda social no município de Dourados – Mato Grosso do Sul”

**Área de concentração:** Desenvolvimento Local em contexto de territorialidades

**Linha de Pesquisa:** Desenvolvimento local em territorialidades de micros e pequenos empreendimentos

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

**Dissertação aprovada em: 04 / 03 / 2010**

### **BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Olivier François Vilpoux - orientador**  
**Universidade Católica Dom Bosco – UCDB**

---

**Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel**  
**Universidade Católica Dom Bosco - UCDB**

---

**Profª Drª. Marisa de Fátima Lomba de Farias**  
**Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me capacitado para eu realizar o mestrado provendo o que precisei para essa caminhada.

A minha família que com amor, carinho e oração compreendem a minha ausência em seu convívio.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco que com seus professores e amigos pude ter a oportunidade da realização do mestrado.

A todos que direta e indiretamente contribuíram para que eu concluísse meu trabalho.

Ofereço a minha gratidão em especial ao meu orientador professor Dr. Olivier François Vilpoux.

## RESUMO

Atividades como costura, artesanato, panificação, fabricação de produtos de limpeza, prestação de serviços diversos como eletricista, encanador, pedreiro, são exercidas por empreendedores ligados a Rede de Economia Solidária de Dourados – Mato Grosso do Sul. A Rede de Economia Solidária contou com apoio da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária, até 2008, e do Banco Pirê, Banco Social cuja mantenedora é a ONG Mulheres em Movimento, que tem como prioridade fomentar a Rede de Economia Solidária de Dourados. O Banco Pirê lançou a moeda social Pirapirê, cujo uso é voluntário, não podendo ser depositado em bancos. Os serviços oferecidos pelo Banco Pirê são: finanças solidária, cartão de crédito PirêCred, apoio técnico, jurídico e financeiro na criação de micro empresas cooperadas da economia solidária, apoio à comercialização do produtos e serviços da Rede através da administração da Loja Solidária e formação cidadã aos produtores e consumidores.

O objetivo da pesquisa foi analisar o funcionamento da Rede de economia solidária no município de Dourados – Mato Grosso do Sul e verificar a importância da moeda social como ferramenta de fortalecimento dessa economia solidária.

A partir dos resultados obtidos, concluiu-se que os empreendimentos não estão comprando matéria-prima em conjunto conforme a idéia implantada, mas estão caminhando para que estejam cada vez mais fortalecidos e encorajados para uma comercialização maior. Existe individualismo entre os empreendimentos com relação a compra e produção. A união entre eles existe somente quando há necessidade de nota fiscal para venda ou compra e, nos pontos de comercialização.

Mesmo com o intuito de fazer circular entre os empreendedores da Rede seus produtos e serviços, a moeda social não esta sendo bem aceita. Há certo refugio. A Rede de Economia Solidária se esforça para implantar e aplicar os princípios da economia solidária em todos os empreendimentos nela inseridos, mas até o momento das entrevistas a rede era reconhecida principalmente por seu papel na formação dos empreendedores.

**Palavras-chaves:** 1. Economia Solidária 2. Moeda Social 3. Desenvolvimento Local

## ABSTRACT

Activities as seam, craft, bread-making, production of products of cleaning, several services rendered as electrician, plumber, bricklayer, they are exercised by linked entrepreneurs the Net of Solidary Economy of Gold–Mato Grosso of the South. The Net of Solidary Economy counted with support of the General office of Social Attendance and Solidary Economy, up to 2008, and of the Banco Pirê, Social Bank whose mantenedora is ONG Mulheres in Movement, that he/she has as priority to foment the Net of Solidary Economy of Gold. The Banco Pirê threw the social coin Pirapirê, whose use is voluntary, not could be deposited in banks. The services offered by the Banco Pirê are: solidary finances, credit card PirêCred, support technical, juridical and financial in the creation of personal computer cooperated companies of the solidary economy, support to the commercialization of the products and services of the Net through the administration of the Solidary Store and formation citizen to the producers and consumers.

The objective of the research was to analyze the operation of the Net of solidary economy in the municipal district of Gildings–Mato Grosso of the South and to verify the importance of the social coin as tool of invigoration of that solidary economy.

Starting from the obtained results, it was ended that the enterprises are not buying raw material together according to the implanted idea, but they are walking so that they are more and more strengthened and encouraged for a larger commercialization. Individualism exists among the enterprises regarding purchase and production. The union among them only exists when there is receipt need for sale or he/she buys and, in the commercialization points.

Even with the intention of doing to circulate between the entrepreneurs of their Net products and services, the social coin no this being well accepts. There is right refuse. The Net of Solidary Economy makes an effort to implant and to apply the beginnings of the solidary economy in all of the enterprises in her inserted, but until the moment of the interviews the net was recognized mainly by his/her role in the entrepreneurs' formation.

**Word-keys:** 1. Solidary economy 2. Social currency 3. Local development

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Ramo de atividade econômica dos empreendimentos solidários da região de Dourados.....	40
<b>Figura 2</b> - Forma de Organização adotada pelos empreendimentos da Rede de Economia Solidária da região de Dourados.....	41
<b>Figura 3</b> – Tempo de existência dos empreendimentos solidários da Rede de Economia Solidária da região de Dourados.....	42
<b>Figura 4</b> - Tempo de inserção na rede de economia solidária, dos empreendimentos solidários de Dourados.....	42
<b>Figura 5</b> - Pessoas que recebem algum tipo de benefício nos empreendimentos solidários da Rede de Economia Solidária da região de Dourados.....	43
<b>Figura 6</b> - Tipos de benefícios recebidos nos empreendimentos solidários da Rede de Economia Solidária da região de Dourados. ....	43
<b>Figura 7</b> - Rendimento mensal nos empreendimentos solidários da Rede de Economia Solidária da região de Dourados. ....	44
<b>Figura 8</b> - Escolaridade dos empreendedores entrevistados da rede de economia solidária de Dourados.....	44
<b>Figura 9</b> – Idade dos empreendedores entrevistados da rede de economia solidária de Dourados.....	45
<b>Figura 10</b> - Grau de satisfação quanto ao empreendimento dos empreendedores entrevistados.....	51
<b>Figura 11</b> - Classificação da mulher na Economia Solidária nos empreendimentos visitados.....	52
<b>Figura 12</b> – Motivo para criação do empreendimento, nos empreendimentos visitados.....	53
<b>Figura 13</b> – Tipo de Atividade do empreendimento, dos empreendimentos entrevistados.....	53
<b>Figura 14</b> – Uso dos equipamentos do empreendimento, nos empreendimentos visitados.....	54
<b>Figura 15</b> – Local de Comercialização dos produtos/serviços dos empreendimentos visitados.....	54



<b>Figura 16</b> – Forma de comercialização dos produtos/serviços do empreendimento, nos empreendimentos visitados.....	55
<b>Figura 17</b> – Participação dos sócios na administração dos empreendimentos visitados.....	55
<b>Figura 18</b> – Grau de satisfação dos empresários visitados em relação a Rede de Economia Solidária de Dourados.....	57
<b>Figura 19</b> – Cooperação entre os empreendedores visitados da Rede de Economia Solidária de Dourados.....	57
<b>Figura 20</b> – Tipo de cooperação entre os empreendedores da Rede de Economia Solidária de Dourados.....	58
<b>Figura 21</b> – Empreendimentos de comercialização (em %) das empresas de economia solidária visitadas.....	59
<b>Figura 22</b> – Participação junto a Rede de Economia Solidária da Região de Dourados.....	59
<b>Figura 23</b> – Utilização dos benefícios que a Rede oferece aos empreendimentos de economia solidária da região de Dourados.....	60
<b>Figura 24</b> – Órgão que apóia os empreendimentos de economia solidária visitados.....	63
<b>Figura 25</b> – Origem da matéria-prima comprada pelos empreendimentos de economia solidária visitados.....	61
<b>Figura 26</b> – Tipos de apoio recebido pelos empreendimentos visitados.....	62
<b>Figura 27</b> – Empréstimos realizados pelos empreendimentos visitados.....	63
<b>Figura 28</b> – Destino dos empréstimos realizados nos empreendimentos realizados.....	64
<b>Figura 29</b> – Forma de pagamento dos produtos comprados pelos empreendimentos de economia solidária visitados.....	64
<b>Figura 30</b> – Moeda utilizada nas compras de produtos pelos empreendedores visitados (em %).....	65
<b>Figura 31</b> – Forma de pagamento e/ou recebimento da comercialização dos empreendimentos de alimentação (em%).....	65
<b>Figura 32</b> – Forma de pagamento e/ou recebimento da comercialização dos empreendimentos de artesanato (em%).....	66
<b>Figura 33</b> – Forma de pagamento e/ou recebimento da comercialização dos empreendimentos de confecções (em%).....	66

- Figura 34** – Forma de pagamento e/ou recebimento da comercialização dos empreendimentos de prestação de serviços (em%).....67
- Figura 35** – Forma de pagamento e/ou recebimento da comercialização dos empreendimentos de produtos de limpeza (em%).....67
- Figura 36** – Origem dos recursos para iniciar as atividades dos empreendimentos entrevistados.....68
- Figura 37** – Empresas visitadas que realizaram investimento nos últimos dois anos 69
- Figura 38** – Situação atual de pagamento ou devolução de crédito nos empreendimentos visitados.....70
- Figura 39** – Dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos para obtenção de financiamento em instituição financeira privada.....70
- Figura 40** – Resultados obtidos pelos empreendimentos visitados, no ano anterior a entrevista, sem contar com doações de recursos.....71
- Figura 41** – Remuneração média mensal dos empreendedores entrevistados.....72
- Figura 42** – Mudanças ocorridas na vida dos empreendedores entrevistados após ingressar na Rede de Economia Solidária.....73

## LISTA DE ANEXOS

<b>Anexo I:</b> Regimento da Rede de Economia Solidária.....	86
<b>Anexo II:</b> Decreto Criação do Fórum de ECOSOL de Dourados.....	92
<b>Anexo III:</b> Questionário aplicado para levantar o perfil dos empreendimentos econômicos e solidários de 2008.....	93
<b>Anexo IV:</b> Moeda Social Pirapirê.....	95
<b>Anexo V:</b> Questionário da pesquisa.....	96

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1 HIPÓTESE E OBJETIVO.....	15
1.2 JUSTIFICATIVA.....	16
1.3 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO.....	17
<b>2 REFERÊNCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>18</b>
2.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	18
2.1.1 Território e territorialidade.....	20
2.1.2 Comunidades e redes.....	23
2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	24
2.2.1 Princípio da Economia Solidária.....	25
2.2.2 Ferramentas de apoio a Economia Solidária.....	27
2.2.3 Moeda Social e Clubes de troca.....	30
<b>3. ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DOURADOS (MS).....</b>	<b>34</b>
3.1 ORGÃOS DE APOIO.....	35
3.1.1 Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária .....	35
3.1.2 ONG Mulheres em Movimento.....	35
3.1.3 UEMS.....	38
3.1.4 UFGD.....	38
3.1.5 Universidade Ahanguera.....	39
3.2 REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MUNICÍPIO DE DOURADOS .....	40
3.2.1 Apresentação Geral.....	40
3.2.2 Síntese dos resultados da pesquisa.....	45
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>48</b>
4.1 ELABORAÇÃO DA PESQUISA.....	48
4.2 SELEÇÃO DAS VARIÁVEIS PARA O QUESTIONÁRIO.....	49
<b>5. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>51</b>
5.1 RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	51
5.1.1 Resultados.....	51
5.1.2 Síntese.....	56
5.2 TRABALHO EM REDE.....	56

5.2.1 Resultados.....	56
5.2.2 Sintese.....	62
5.3 FERRAMENTA FINANCEIRA.....	63
5.3.1 Resultados.....	63
5.3.2 Sintese.....	68
5.4 DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	69
5.4.1 Resultados.....	69
5.4.2 Sintese.....	73
5.5 SINTESE GERAL.....	74
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
7. REFERÊNCIAS.....	80
ANEXOS.....	85

# 1. INTRODUÇÃO

Um dos obstáculos ao crescimento econômico é a pobreza, que segundo Sicsu (2005) é um desastre humano, impedindo o desenvolvimento educacional. Para o autor, a má distribuição de renda, assim como vários problemas sociais na área da saúde, direito e política poderiam ser resolvidos com mais educação. Um pouco mais de um terço da população brasileira está abaixo de uma teórica linha de pobreza, que segundo Singer (2006) se define pela ausência das necessidades essenciais ou básicas das pessoas que empobrecem. O autor afirma que se o indivíduo não consegue se manter, se não consegue comprar comida o suficiente, ele passa fome, é mais que pobre, é indigente e miserável.

O desemprego é percebido como um fenômeno real, atual, grave, crescente e que atinge grande parte das regiões do Brasil. As explicações mais significativas e freqüentes para o desemprego são a falta de qualificação da mão-de-obra operária, a idade avançada e a automatização (OLIVEIRA & COSTA, 1998, p.5). Segundo os autores, as decisões de muitos governos revelaram descaso para com a questão do desemprego, pois existem a falta de investimento na economia, problemas com a política de importação e exportação, falta de incentivo à educação, impostos altos, combate a inflação gerando desemprego e falta de incentivo para abertura de empresas.

Para Araújo (2006), mesmo em tempos de crise o capitalismo gera lucro. Da esfera de produção, os agentes capitalistas passam para a esfera financeira, o que é uma das razões para o aumento do desemprego. O autor alega que é muito mais fácil aumentar o lucro estando no mercado de câmbio, no mercado de títulos ou na bolsa de valores do que produzindo.

O sistema tributário também é um empecilho ao desenvolvimento social. Segundo Araújo (2006), quanto melhor ele funciona, mais concentra renda. No Brasil o sistema tributário tira mais dos trabalhadores de renda média e tira menos de quem ganha mais, de quem tem muito patrimônio. Os juros elevados são outra marca importante do ambiente econômico, pois levam o governo a gastar muito pagando juros e pouco com políticas públicas (ARAUJO, 2006). Estes e outros fatores afetam o

desenvolvimento social, pois tornam mais difícil a geração de emprego e renda, principalmente em pessoas excluídas com baixa formação.

Experiências foram desenvolvidas no mundo inteiro, procurando romper com a lógica capitalista, dando lugar a outras formas de produção e organização que atendam as demandas não supridas pelo atual modelo. Essas experiências enfocam a importância dos trabalhos de geração de emprego e formação para pessoas desfavorecidas, com o objetivo de integração no mercado. Varias iniciativas foram tomadas no Brasil e no mundo, entre elas as atividades ligadas a economia solidária e ao microcrédito.

A economia solidária possui uma grande responsabilidade social, uma ética socialmente comprometida, com melhorias na comunidade e relações solidárias de comércio, troca e intercâmbio. O compromisso com o bem viver de todas as pessoas e o cuidado com o bem comum, como a vida, a natureza, o planeta, tornam a economia solidária uma iniciativa importante para comunidades.

O objetivo dos empreendimentos solidários é melhorar a qualidade de vida de seus membros. Segundo Coraggio (2000) a célula da economia solidária e popular é a unidade doméstica, que pode ser formada além do vínculo de sangue, por pessoas da comunidade, vizinhos, amigos que se unem e articulam estratégias a fim de reproduzir a vida, sem ter como objetivo principal a acumulação de capital. Cattani (2003) ressalta que a necessidade de se romper com o capitalismo e a sua forma de organizar o trabalho são desafios da nova economia, que precisa fundir forças física e intelectual, criar ambientes democráticos para que os trabalhadores que realizam funções operacionais também participem das decisões.

## **1.1 Hipótese e objetivo**

A pesquisa baseia-se na hipótese de que muitos empreendimentos solidários de Dourados, Mato Grosso do Sul, não funcionam segundo os princípios da economia solidária e que a moeda social e a rede de economia solidária permanecem apenas através da ação dos organismos de apoio e não da ação de seus membros.

A partir dessas premissas, a pesquisa analisa o funcionamento da rede de economia solidária do município de Dourados. O objetivo da dissertação é a verificação da importância da moeda social como ferramenta de fortalecimento dessa rede e a avaliação do respeito aos princípios de economia solidária nos empreendimentos.

## 1.2 Justificativa

Dourados é localizado no estado de Mato Grosso do Sul e é a segunda cidade mais populosa e importante do Estado. A microrregião de Dourados possui uma área de 37.359 km<sup>2</sup> com uma população de 445.370 habitantes distribuídos em quinze municípios. Seus meios de comunicação, comércio e serviços atendem a mais de trinta municípios de Mato Grosso do Sul, além de parte do Paraguai. Pelo tamanho e importância, o município de Dourados é considerado a capital econômica e social da região.

A economia de Dourados é diversificada, mas segundo Mussuri (2008), *apud* Lange (2008), ela gira essencialmente em torno da agricultura. Mesmo com a predominância do setor agropecuário, existe a expansão da economia de serviços principalmente na área de saúde e educação.

Com programas do governo federal, estadual e municipal e o apoio de ONGs, em meados do ano 2000 a Economia Solidária surgiu no município. A Economia Solidária visa à valorização social do trabalho humano, no qual o trabalho é o fator principal e a fonte do desenvolvimento. A Economia Solidária é assumida no município de Dourados como estratégia de inclusão social, desenvolvimento local e geração de trabalho e renda, com o objetivo de promover à emancipação socioeconômica dos empreendimentos inseridos na Rede de Economia Solidária. Essa Rede defende uma economia alternativa ao capitalismo, combatendo a exploração de mão-de-obra por meio de incentivo à geração de renda de pessoas que estavam desempregadas. Cripa (2007) acredita que o Desenvolvimento Local só acontece quando existe uma moeda social circulando entre os mesmos. Alguns programas de Economia Solidária no Brasil avançaram ao ponto de lançar uma moeda social, iniciativa que ocorreu em Dourados.



A Rede de Economia Solidária do município de Dourados encerrou o ano de 2008 com 236 empreendimentos. A mesma realizou capacitação continuada para as lideranças locais, organizou micro empresas cooperadas do setor de confecção e produtos de limpeza, empenhou-se no Fórum de Economia Solidária, apoiou a criação do Banco Pire (banco que introduziu a moeda social na região) e de lojas solidárias para fomento ao consumo ético, justo e solidário. Em 2008 podiam ser contabilizadas 1.200 pessoas empregadas nos empreendimentos que pertenciam a Rede.

Em 2007, através do Banco Pirê, mantido pela Ong Mulheres em Movimento, foi criada uma Moeda Social, iniciativa que contou também com o apoio da administração municipal. Essa moeda circula entre os empreendimentos e população para que se comercializem os produtos e serviços praticados entre os mesmos.

### **1.3 Apresentação da estrutura do trabalho**

Após a introdução da pesquisa, o segundo capítulo apresenta a revisão bibliográfica sobre os temas de desenvolvimento local, com foco no território, territorialidade, comunidades, redes e economia solidária, ressaltando seus princípios e ferramentas de apoio. No terceiro capítulo é abordada a economia solidária em Dourados, seus órgãos de apoio e o perfil dos empreendimentos solidários. Em seguida é apresentada a metodologia de pesquisa adotada para a análise da moeda social na região de Dourados. Esse capítulo precede a apresentação dos resultados e análise, seguida das conclusões sobre a pesquisa realizada.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico aborda o desenvolvimento local, território, comunidades, redes, economia solidária e moeda social.

### 2.1 Desenvolvimento Local

Ávila (2006) ressalta que o Desenvolvimento Local não é “Desenvolvimento no Local” e nem “Desenvolvimento para o Local”. O Desenvolvimento no local se refere a um empreendimento ou iniciativa a que se atribui a qualificação de “desenvolvimento” por gerar emprego e expectativa de arrecadação de impostos e circulação de bens e dinheiros, mas na verdade tem o local apenas como sede física. Só fica no local enquanto o lucro compensa. Já o desenvolvimento para o Local se refere à idéia de “desenvolvimento” que além de se situar no local como sede física, gera efeitos benéficos às comunidades e aos ecossistemas locais, à maneira bumerangue, isto é, vai e volta para satisfazer interesses próprios do empreendimento e não da comunidade em si.

Para Ávila (2006), o Desenvolvimento Local é endógeno em dupla acepção: de fora para dentro e de dentro para fora, com metabolização, que é reunir todos os fenômenos necessários aos organismos para a formação, desenvolvimento e renovação das estruturas e colocação de capacidades, competências e habilidades de se desenvolver, com auto-estima e auto-confiança, em âmbito comunitário e individual.

Como Ávila (2006), Pereira (2006) destaca o empoderamento, que em geral significa a ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. Nyerere (1979), *apud* Pereira (2006), afirma que as populações pobres não podem se desenvolver se não tiverem poder.

Franco (2004) ressalta que quando falam em desenvolvimento, as pessoas imaginam logo que se trata de um processo para aumentar a prosperidade econômica de uma sociedade, ou de um país. As pessoas imaginam que ao se desenvolver ficarão menos pobres ou mais ricas, concluindo que desenvolvimento tem a ver com o conjunto de atividades econômicas gerando mais riqueza. Segundo o autor, para promover o desenvolvimento deve-se investir em fatores como infra-estrutura pública de apoio para empreendimentos produtivos, crédito e linhas especiais de financiamento, incentivos fiscais, qualificação da mão-de-obra, desburocratização e capacidade gerencial, vantagens competitivas em mercados estrangeiros, normas alfandegárias e sanitárias que facilitem a importação e exportação, enfim, uma variedade de ações a ser paga, de preferência com grande parcela de recursos públicos.

Para Franco (2004), promover o desenvolvimento é aumentar a capacidade das pessoas de auto gerir-se. Só assim elas podem superar problemas e aproveitar oportunidades, colocando em prática seu empreendedorismo. O desenvolvimento é construir ambientes sociais favoráveis ao florescimento dos negócios, animar e articular redes que encorajem as pessoas individual e coletivamente, a exercitar sua criatividade. As pessoas precisam, segundo o autor, desenvolver suas habilidades e competências e as sociedades necessitam empoderar seus membros para que eles tenham confiança em si e nos seus semelhantes, coragem para empreender e segurança para inovar.

Franco (2004) ressalta que o desenvolvimento local não é apenas desenvolvimento econômico local, pois a dimensão econômica de um processo de desenvolvimento comunitário é sempre uma dimensão sócio-econômica. Para Camilotti (2001), o desenvolvimento de uma região depende de providências governamentais estaduais e federais e principalmente da iniciativa e da capacidade de mobilização conjunta de seus políticos, líderes intelectuais, empresariais e comunitários. O autor afirma que as possibilidades de ações se reduzem se os poderes público, privado e social estiverem trabalhando apenas dentro de seus limites políticos. As soluções devem transpor essas fronteiras para criar novas parcerias entre os setores para um futuro melhor (CAMILOTTI, 2001).

Para Albagli (2006), o desenvolvimento local é também considerado endógeno se a comunidade é capaz de dispor de uma estratégia própria e exercer uma dinâmica própria controlando as dinâmicas de transformação local, garantindo que o território não fique só a receber passivamente as estratégias de organizações externas. Coelho (2001), *apud* Fischer (2002), ressalta os elementos comuns dos processos de desenvolvimento local:

- Identificação de atores e mobilização destes em torno de programas estruturantes;
- Necessidade de alto nível de integração entre instituições, empresas e sociedade civil organizadas, para evitar qualquer tipo de intervenção que confronte a finalidade pública;
- Definição de um projeto que seja orientado ao desenvolvimento das atividades produtivas de um território;
- Desenvolvimento partindo de “baixo”, baseado em iniciativas idealizadas e gerenciadas a nível local com prazo de execução definido;
- Criação de agentes gerenciadores que expressem o acordo e a união entre os atores envolvidos e que coordenem ações de modo a torná-las eficazes;
- Necessidade de uma boa base estatística informativa.

O Desenvolvimento Local acontece no Local, que Lopez (1991) define como um espaço, uma superfície territorial de dimensões razoáveis para o desenvolvimento da vida, com uma identidade que o distingue de outros espaços e de outros territórios e no qual as pessoas conduzem sua vida cotidiana: habitam, se relacionam, trabalham, compartilham normas, valores, costumes e representações simbólicas.

### **2.1.1 Território e Territorialidade**

Antes de ser uma fronteira, um território é um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários (BONNEMAISON,1981). Raffestin (1977), *apud* Bonnemaïson (1981 p.126), enfatiza que a territorialidade é, antes de tudo, uma relação com as diversidades e diferenças do outro.

Existe no território, segundo Bonnemaison (1981), um significado biológico, econômico, político e social. É o lugar de mediação entre os homens e suas culturas. Desse modo, o território nasce de pontos e marcas sobre o solo: a seu redor se ordena o meio de vida e se enraíza o grupo social, enquanto que em sua periferia, e de maneira variável, o território se atenua progressivamente em espaço secundário, de contornos mais ou menos nítidos (BONNEMAISON, 1981).

O espaço deve ser considerado segundo Santos (1996) pela vida que o preenche, ou seja, a sociedade em movimento. Já a configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa área e pelos acréscimos que os homens impuseram a esses sistemas naturais (SANTOS, 1999). O território e seu uso, definidos como espaço delimitado e constituído por relações de poder, foram utilizados na ciência geográfica remetendo o seu significado ao território nacional. A idéia de Estado esteve sempre associada a um determinado território, com relações de poder e onde o povo exercia sua soberania.

Para Brunet (1993), a noção de território é jurídica, cultural e social e pode ser considerada até mesmo afetiva, o que implica a apropriação do espaço. Para definir o território, Brunet (1993) alega que é preciso algo mais que enraizamento e o apego dos cidadãos aos lugares que freqüentam. Esse algo mais é o sentimento de pertencimento e de apropriação. Aquele sentimento que diz “eu sou daqui” e “isto é meu”, “esta é minha terra”, “este é meu domínio”. O território tende a projetar sobre um certo espaço, estruturas específicas de um grupo humano como classificação, gerenciamento e administração do espaço.

Território é rede, ressalta Brunet (1993), pois a mesma é composta de linhas, ligações e relações. Um território seria constituído de lugares que são inter-relacionados, pois comporta os percursos com seus pontos importantes e seus caminhos. O espaço do território é algo diferenciado. A rede, quando vista do ponto mais capilar até as ligações mais superficiais, serve para a compreensão de relações que abrangem uma superfície.

Raffestin (1993) define o território como uma ordenação do espaço no qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem enquanto pertencente a uma cultura. O território pode ser considerado como o espaço informado pela semiosfera, isto é pela diversidade qualitativa. O acesso ou o não-acesso à informação comanda o processo de territorialização ou desterritorialização das sociedades.

Ratzel (1983) conceitua o território contemporâneo a partir de sua natureza política, domínio no qual as concepções de Estado e fronteira são essenciais. O autor afirma que embora a ciência política tenha frequentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria de estado que fizesse abstração do território não poderia jamais ter qualquer fundamento seguro. Sem território não se pode compreender o incremento da potência e solidez do Estado.

Por ser entendido como produto e meio de produção, o território enfrenta o problema da territorialidade. De acordo com Raffestin (1993), a territorialidade reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade nas sociedades em geral. Para o autor os homens vivem ao mesmo tempo o processo e o produto territoriais por meio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Todas elas são relações de poder uma vez que existe interação entre os agentes que buscam modificar tanto as relações com a natureza quanto as relações sociais. É impossível manter qualquer relação que não seja marcada pelo poder.

Raffestin (1993) definiu o território como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. Já Brunet (1993) define a territorialidade em duas acepções: como aquilo que pertence propriamente ao território considerado politicamente, ao conjunto de leis e regulamentos que se aplicam aos habitantes de um dado território. A segunda define a territorialidade como relação individual ou coletiva com um território considerado como apropriado no sentido de tornar propriedade.

Santos (2002) escreveu que o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser

entendido como o território usado e não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

### **2.1.2 Comunidades e redes**

Quando o homem faz acréscimos envolvendo pessoas surge a comunidade. É na comunidade que flui a solidariedade, que para Pierson (1968) é vista como condição do grupo, que resulta de compartilhar atitudes e sentimentos, de modo a constituir o grupo em apreço, unidade sólida, capaz de resistir às forças exteriores e mesmo de tornar-se ainda mais firme em face de oposição vinda de fora. Segundo Ferreira (1993), uma Comunidade do ponto de vista social é o agrupamento que se caracteriza por forte coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos. É nessa interação dentro da comunidade e ou entre as comunidades que se formam as redes.

A palavra rede vem do latim *retis* e significa entrelaçamento de fios com aberturas regulares, que formam uma espécie de tecido. Para Silva (2008), com a noção de estrutura reticulada, a palavra rede ganhou novos significados e passou a ser empregada em variadas situações. Nas últimas duas décadas esse conceito transformou-se em uma alternativa de organização, com processos que respondam as demandas de flexibilidade, conectividade e descentralização das articulações sociais.

As redes são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos e/ou temáticas comuns. Estruturas flexíveis e cadenciadas, as redes se estabelecem por relações horizontais, interconexas e em dinâmicas que supõem o trabalho colaborativo e participativo. As redes se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes, caracterizando-se como um significativo recurso organizacional, tanto para as relações pessoais quanto para a estruturação social (SILVA, 2008).

Curien e Gensollen (1985) assinalam que a rede é toda infra-estrutura que permite o transporte de matéria, de energia ou de informação e se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação. Para Santos (1996) a rede é social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam.

Através da conexão de seus nós, a rede tem a potencialidade de solidarizar ou de excluir, de promover a ordem e a desordem. A rede é uma forma particular de organização (DIAS, 1995). Para o autor, os nós das redes são lugares de conexão, poder e referência. Tinland (2001), *apud* Silveira (2003), ressalta que as redes são de fato instrumentos de poder e de rivalidade para seu controle. Elas são suscetíveis de funcionar como instrumentos de integração e de exclusão, na linha direta dos processos de diferenciação. As redes estruturam à sua maneira o campo de forças das relações de cooperação e de antagonismo que estão presentes na sociedade humana.

As redes tornam possível a criação ou o reforço da interdependência entre lugares. Para Offner e Pumain (1996), através das redes os territórios formam um sistema e assim constituem a eficácia territorial das redes. Segundo Santos (1996), os lugares de conexão, poder e referência, são chamados de nós das redes. As redes são ao mesmo tempo concentradoras e dispersadoras, conduzem forças centrípetas e centrífugas.

## **2.2. Economia Solidária**

Além do desenvolvimento de uma base material, a economia solidária exige um alto grau de conscientização e motivação por parte da população, movida por princípios éticos e valores de compaixão e solidariedade.



### 2.2.1 Princípios da Economia Solidária

A economia solidária inclui, segundo Roca (2001), as diferentes formas de organização que cidadãos e cidadãs se organizam, seja para criar sua própria fonte de trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade, ao mais baixo custo possível, numa dinâmica solidária e de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos.

Singer (2002) identifica a economia solidária com a idéia de que trabalhadores associados poderiam organizar-se em empresas autogestionárias e desafiar a prevalência das relações capitalistas de produção. Para Alves (2004), a Economia Solidária é uma alternativa ao modelo de desenvolvimento que produz riquezas gerando miséria, subordinando e explorando o trabalho e a natureza. Para Nascimento (2004), a reinvenção da Economia Solidária porta em si uma espécie de ressurreição de valores que fazem parte da cultura do movimento operário: solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia moral, e outros. Nesse sentido, a Economia Solidária e Autogestão, se não sinônimos, são termos que caminham juntos, pois não pode haver economia solidária sem autogestão.

A economia solidária vem com o intuito de acabar com a pobreza. Singer (2002) ressalta que a responsabilidade pela pobreza se deve a estrutura das sociedades capitalistas. O autor destaca dois tipos de pobres, os integrados à economia de mercado e os que se encontram a margem dela. Os integrados à economia são os trabalhadores subcontratados, vendedores de porta a porta, os desempregados, etc. Para retirá-los da pobreza é preciso elevar o nível de ocupação na economia, cumprir a legislação do trabalho e aumentar o salário mínimo, o que acelera o crescimento da economia. Para o autor, o crescimento econômico em geral reduz a pobreza mais não beneficia os pobres marginalizados, vítimas da pobreza crônica que vem de pai para filho.

A aceleração do crescimento da economia não atingirá os pobres marginalizados a não ser em décadas, o que é eticamente intolerável (SINGER, 2002). Os que têm pouca escolaridade ou nenhuma moram em bolsões de pobreza, não têm roupa apresentável, não têm dinheiro para condução e não têm nem como

procurar emprego. O autor afirma que quando a economia cresce, o desemprego cai, mas essas pessoas continuam tão pobres quanto antes.

O combate à pobreza pode ser travado de duas formas, através das abordagens macroeconômica e microeconômica. A macroeconômica segundo Singer (2002) consiste em acelerar o crescimento da economia, aumentando o poder de barganha dos sindicatos, reduzindo o desemprego e elevando os salários mais baixos, melhorando a renda de todo mundo. Na ausência de políticas redistributivas fortes, essa forma de ação beneficia os que ganham mais. O combate microeconômico consiste na ajuda direta às vítimas da pobreza, o que não elimina a pobreza, apenas ameniza seus efeitos. Quando essa ajuda falta, a pobreza se torna mais cruel.

Gaiger (2004) ressalta que a expansão das iniciativas ditas de economia solidária é visível no Brasil. Seus protagonistas diretos encontram-se pressionados pela crise estrutural do mercado de trabalho e se motivam pela ação mobilizadora de movimentos sociais, sindicatos e várias entidades civis.

Sannett (1999), *apud* Gaiger (2004), afirma que o aporte mais importante da economia solidária é criar uma nova práxis de trabalho que pare com a degradação do trabalhador e rompa o ciclo reiterativo da consciência, em uma época que o regime de acumulação capitalista deixa as pessoas sem rumo. Ao reconciliar o trabalhador com o processo e os frutos de seu trabalho, surge a possibilidade de superar o caráter descartável e alienante da atividade produtiva (GAIGER, 2004).

Alves (2004) caracteriza a Economia Solidária como o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade. Por sua vez, a autogestão é mais um ideal de democracia econômica e gestão coletiva que caracteriza um novo modo de produção.

O conjunto de empreendimentos ligados em um mesmo ideal forma a Rede de Economia Solidária. Segundo Santos (1996), o termo rede, no aspecto material e social, dá a idéia de espaço reticulado. Num mesmo território pode haver uma

superposição de redes, através das quais podem se detectar três tipos de níveis de solidariedade: mundial, nacional e local.

Arruda (1998), *apud* Gaiger (2004), lembra que um dos campos de prática da economia solidária é a inserção social e comunitária que cumpre uma série de funções em saúde, educação, defesa de minorias, preservação ambiental e muitos outros de interesse comum. Gaiger (2004) enfatiza que empreendimentos solidários em periferias urbanas deparam-se com infindáveis dificuldades, pois lidam com situações de alta instabilidade econômica, de extrema pobreza e de desenraizamento cultural e social, mesmo estando mais próximo das forças dinâmicas da economia e da sociedade.

### **2.2.2 Ferramentas de apoio à economia solidária**

São muitas as formas e ferramentas utilizadas na economia solidária para fazer da prática de produção, comercialização e consumo, um novo jeito de promover e democratizar o desenvolvimento. As finanças solidárias são ferramentas de apoio à economia solidária, pois surgem novas opções de investimento, poupança e crédito. São formas de financiamento que segundo Xavier (2007) permitem aos pobres acessar os recursos disponíveis para alavancar novos padrões de desenvolvimento humano. O intuito é resgatar a moeda como ferramenta de convivialidade e não como mecanismo de espoliação.

O microcrédito financia atividades produtivas que propiciam o desenvolvimento sustentável e a geração de trabalho e renda. Esta iniciativa representa um estímulo a novos arranjos produtivos para uma melhor distribuição de renda e age diretamente na erradicação da pobreza do país (NOSSA CAIXA, 2008). O microcrédito é um empréstimo de baixo valor a pequenos empreendimentos informais, microempresas e empresas de pequeno porte, sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito produtivo (financia capital de giro e investimento fixo) e é concedido através de uma metodologia assistida, onde o agente de crédito (funcionário da instituição) interage com o tomador antes, durante e depois da concessão do crédito (BARONE et al., 2002).

Segundo o SEBRAE (2008), o microcrédito tem sido desenvolvido para atender as necessidades dos pequenos empreendimentos, levando em conta as condições econômicas e as relações sociais do tomador. O microcrédito utiliza-se de metodologia própria que estimula as atividades produtivas e as relações sociais das populações carentes, o que gera emprego e renda. Machado (2007) lembra que no microcrédito do Banco do Povo de Minas Gerais o pagamento é realizado dentro da realidade de cada um. O autor afirma que depois do microcrédito liberado o cliente passa a ser parceiro.

O Crédito Solidário é baseado em princípios como economia solidária e colaboração entre as pessoas. Segundo Carneiro (2008), as principais formas se dão por meio de cooperativas de crédito, microcrédito, cartões de crédito solidário e fundos rotativos, espécie de consórcio comunitário. Para o autor o crédito solidário visa os empreendedores provenientes das classes C e D e é muito comum em comunidades pequenas.

Para Melo Neto Segundo (2003), dar crédito para quem nunca teve acesso representa uma grande mudança de paradigma. Os produtores e trabalhadores se sentem valorizados como cidadãos. O crédito concedido assume um papel importante de resgate de cidadania e a sua função extrapola os limites do que convencionalmente o mercado financeiro entende por crédito.

Quando os empreendimentos ou pessoas ligadas à economia solidária comercializam entre si surgem os clubes de trocas. Os clubes de trocas podem ser considerados empreendimentos de economia solidária somente quando se preocupam em estabelecer novas relações sociais, favorecendo o crescimento solidário de seus membros. A economia solidária pretende transformar as relações econômicas, baseando-se em princípios e postulados de cooperação, solidariedade e inclusão, estabelecendo novas relações sociais de produção. Para Singer (1999) é preciso criar mecanismos que restrinjam a competição interna, evitando o surgimento de vencedores e perdedores e desenvolver novas ações com potencial transformador significativo para a sociedade como um todo.

A Associação para Promoção do Comércio Justo (Alternativa), rede Européia de lojas de comércio justo, define o Comércio Justo como uma parceria entre produtores e consumidores que trabalham para ultrapassar as dificuldades enfrentadas pelos produtores, para aumentar o seu acesso ao mercado e para promover o processo de desenvolvimento sustentado (ALTERNATIVA, 2004). Segundo Alternativa, o Comércio Justo é uma parceria justa e solidária entre produtores dos países subdesenvolvidos excluídos do acesso ao mercado dos países desenvolvidos e os consumidores destes países.

Os princípios do Comércio Justo definidos pelas organizações internacionais são descritos pela Alternativa (2004) como:

- a) Respeito e preocupação pelas pessoas e o meio ambiente, colocando as pessoas acima do lucro;
- b) Criação de meios e oportunidades para os produtores melhorarem as suas condições de vida e de trabalho, incluindo o pagamento de um preço justo (preço que cubra os custos de um rendimento aceitável, da proteção ambiental e da segurança econômica);
- c) Abertura e transparência quanto à estrutura das organizações e todos os aspectos da suas atividades e informação mútua entre todos os intervenientes na cadeia comercial sobre os produtos e métodos de comercialização;
- d) Envolvimento dos produtores, voluntários e empregados nas tomadas de decisão que os afetam;
- e) Proteção dos direitos humanos, com enfoque principal nos das mulheres, crianças e povos indígenas;
- f) Conscientização para a situação das mulheres e dos homens enquanto produtores e comerciantes e promoção da igualdade de oportunidades;
- g) Promoção da sustentabilidade através do estabelecimento de relações comerciais estáveis de longo prazo;
- h) Educação e participação em campanhas de sensibilização;
- i) Produção tão completa quanto possível dos produtos comercializados no país de origem.

### 2.2.3 Moeda social e clubes de troca

Xavier (2007) ressalta que os clubes de troca e as moedas sociais são ferramentas importantes, pois o clube de troca é o espaço onde as pessoas levam produtos para trocar sem dispor de dinheiro oficial, mas de dinheiro do clube. A troca pode ser também de produtos por produtos, sem uso de moeda. Cada clube cria sua própria moeda, que é produzida, distribuída e controlada pelos usuários.

Conforme Melo Neto Segundo (2003), o clube de trocas é uma articulação entre produtores, prestadores de serviço e consumidores, que se reúnem semanalmente para trocarem seus bens e serviços utilizando uma moeda social. A moeda só tem valor quando se começa a trocar trabalho com trabalho, quando ela serve de mediadora nas trocas. Ela é diferente da moeda oficial porque não está ligada a nenhuma taxa de juros, por isso não interessa a ninguém guardá-la, entesourá-la. Interessa apenas trocá-la por bens e serviços que venham responder as necessidades. Esta moeda será sempre um meio, nunca um fim. Não será inflacionária nem jamais poderá ser usada para especulação (MUTIRÃO ABOPURU, 2000, *apud* BURIGO 2001).

Para Mendonça (2008), coordenador geral de comércio justo e crédito da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, a moeda social é uma ferramenta para o desenvolvimento econômico local. A idéia é fazer com que os recursos de uma comunidade possam circular o maior tempo possível dentro dela, gerando um ciclo virtuoso (MENDONÇA, 2008). Para a integração dos grupos de consumidores e de prestadores de serviço, em uma mesma organização são criadas as Redes de Colaboração Solidária. Xavier (2007) afirma que nessas redes todos se propõem a praticar o consumo solidário, isto é comprar produtos e serviços na própria rede para garantir trabalho e renda aos seus membros e para preservar o meio ambiente.

Mendonça (2008), ressalta que no banco social o consumidor troca moeda oficial pela moeda social em circulação no seu bairro, cidade, comunidade, e ganha desconto ao pagar no comércio local. Se o comércio precisar efetuar compras fora da comunidade pode desfazer a troca. Com a moeda oficial todo dinheiro que entra sai,

as pessoa compram fora e a riqueza não fica na comunidade. Já para Melo Neto Segundo, coordenador da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e do Instituto Banco Palmas, a moeda social garante que o consumo seja feito no bairro, comunidade ou cidade (MENDONÇA, 2008).

Os Clubes de trocas ganham espaço, pois utilizam moedas próprias cunhadas pelos participantes de determinadas regiões como São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Florianópolis e Porto Alegre. Burigo (2001) destaca os Lets, que se configuram como um clube de troca onde o dinheiro oficial é substituído por uma moeda própria que auxilia no combate à falta de poder aquisitivo da população. Os clubes respeitam certas regras, pois em suas transações não se obtêm ganho através de juros. Todas as trocas são acordadas diretamente entre as duas partes e as contas de cada integrante do grupo estão disponíveis para verificação de todos.

Burigo (2001), com base em observações de Bowring, ressalta que existem dois tipos de Lets: os que enfatizam o papel econômico dos intercâmbios, promovendo o crescimento máximo dos clubes através o envolvimento com empresas dispostas a comercializar seus produtos *via* moeda comunitária, e os que priorizam seu papel social, procurando criar mercados comunitários em que participam apenas produtores autônomos locais. Os últimos preocupam-se em estimular as práticas solidárias e evitar as tendências concentradoras dos mercados puros.

Nos últimos anos, os clubes de trocas que empregam sua própria moeda vêm ganhando destaque, pois fortalecem a idéia da moeda social na qual são incorporados elementos de natureza social e de criação de relações econômicas sob bases solidárias. Búriço (2001) explica que a idéia da moeda social é complementar a economia. Ela é produzida, distribuída e controlada pelos seus usuários, seu valor está no trabalho que é feito para produzir bens e serviços, saberes e depois trocar com resultado do trabalho dos outros. A moeda só possui valor na troca de trabalho com trabalho e serve de mediadora dessas trocas.

Segundo Búriço (2001), Blanc define essas moedas paralelas como unidades de cobrança ou pagamentos diferentes das unidades de cobrança nacional, mas que dispõem de um poder de liberação legal. Singer (1999), *apud* Búriço (2001),

assinala que os clubes de troca podem ser considerados empreendimentos de economia solidária somente quando se preocupam em estabelecer novas relações sociais, favorecendo o crescimento solidário de seus membros. A economia solidária pretende transformar as relações econômicas por princípios e postulados baseados em cooperação, solidariedade e inclusão, estabelecendo novas relações sociais de produção. É preciso criar mecanismos que restrinjam a competição interna, evitando o surgimento de perdedores e vencedores, e desenvolver novas ações com potencial de transformar a sociedade como um todo. Para isso foi desenvolvida a moeda social.

Segundo Lietaer (2000), *apud* Búrigo (2001), o dinheiro é um acordo dentro de uma comunidade para utilizar algo como meio de pagamento. À medida que as instituições comerciais e prestadoras de serviços aderem à moeda social, aceitando-a no pagamento de bens e serviços, mais moedas circulam, mais as pessoas estão intercambiando seus produtos e serviços, na lógica de que não é o dinheiro que tem valor, mas a atividade econômica gerada e trocada com moedas para facilitar o intercâmbio.

Segundo Mutirão Abopuru (2000), *apud* Búrigo (2001), a circulação da moeda social não é um sistema alternativo e sim complementar à economia. Ela é produzida, distribuída e controlada pelos seus usuários. Por isso, o valor dela não está nela própria, mas no trabalho que é feito para produzir bens, serviços, saberes que, depois, serão trocados com o resultado do trabalho dos outros. Conforme Mello Neto Segundo (2008), essa cadeia organiza-se com capital solidário (micro-crédito e moeda própria), produção sustentável (baseada no mapa de consumo local), consumo local e ético e comércio justo (feira de produtores locais), e visa uma vida de qualidade para a comunidade.

O Banco Popular tem sua gestão feita pela própria comunidade, envolve a coordenação, gestão do banco e administração dos recursos. Possui um sistema integrado que possibilita o empréstimo para produção e para o consumo ao mesmo tempo, além da moeda social paralela à moeda oficial, que é aceita e reconhecida por produtores, comerciantes e consumidores do bairro. Melo Neto Segundo (2008) acredita que quando a gestão é feita pela própria comunidade local, garante-se o empoderamento da mesma, que se capacita, desenvolve habilidades técnicas de



gestão de projetos e de negociação com o poder público (MELLO NETO SEGUNDO, 2008). O Banco Popular alimenta a rede de solidariedade local com uma moeda paralela, facilitando a comercialização dos produtores da comunidade, fazendo a renda circular na própria comunidade e promovendo o crescimento econômico, com objetivo de criar um círculo econômico local sustentável e virtuoso e preparar essa população excluída para viver em um mundo mais capitalista.

Toda moeda social emitida no Brasil é lastreada em reais e paritária com a moeda oficial. Assim, o banco social tem um real guardado em caixa para cada moeda social emitida. Isso evita infringir a lei que restringe a emissão de dinheiro ao Banco Central e dá ao governo uma garantia de que não está competindo com a moeda oficial (MENDONÇA, 2008). O Banco Central reconhece a moeda social como título que representa um valor real e que dá direito ao portador de receber um serviço ou produto em troca. Não existe uma regulamentação no Banco Central sobre a emissão dessas moedas (MENDONÇA, 2008).

### **3. ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DOURADOS**

A ONG Mulheres em Movimento, em parceria com a Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária do Município de Dourados e as Universidades locais, impulsionou a criação da Rede de Economia Solidária de Dourados. Foram realizados levantamentos sobre o consumo e produção da população, incluindo os insumos utilizados na produção, os locais onde produtores e consumidores estão realizando suas compras e a localização das indústrias, comércio e serviços.

O objetivo da rede de economia solidária, além de gerar trabalho, renda e inclusão social, é de orientar a linha de crédito do banco Pirê, banco criado pela ONG Mulheres em Movimento para apoiar a economia solidária na região de Dourados, priorizar o financiamento de bens e serviços, evitar a competição entre os integrantes da rede e reduzir os custos de produção a partir de compras conjuntas. As ações se apóiam num mapa de produção que possibilita a montagem das cadeias produtivas onde cada empreendedor produz em função das necessidades de insumos do outro.

Há uma preocupação quanto à qualidade e padronização dos produtos e serviços prestados pela Rede. Tal preocupação torna necessário o investimento na qualificação, requalificação e capacitação dos empreendedores.

A Rede de Economia Solidária é uma organização civil e democrática de trabalhadores e consumidores solidários, com a finalidade de gerar trabalho e renda, inclusão social e produtiva a partir dos princípios da Economia Solidária. Ela está estruturada por região dentro do município. Um conjunto de bairros próximos formam uma região, onde os integrantes se reúnem todos os meses para articular atividades, discutir e aprofundar temas de interesse.

Informações da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária de Dourados indicam que mais de oito mil trabalhadores foram qualificados em diversos cursos, entre 2001 a 2008, por meio do Programa Coletivo de Qualificação para o Trabalho, que fez um investimento de mais de dois milhões de reais.

### **3.1 Órgãos de Apoio**

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego consideram-se entidades de apoio, assessoria e fomento para a Economia Solidária as organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto, capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e de gestão e acompanhamento junto aos empreendimentos de Economia Solidária.

#### **3.1.1 Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária**

Economia Solidária foi política prioritária desde 2001 em Dourados para inclusão social, geração de trabalho e renda, e desenvolvimento local. As atividades realizadas pela prefeitura foram a implementação de assessoria técnica para legalização de quase trezentos empreendimentos, realização de cursos do Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho, atendendo mais de 8.000 pessoas, elaboração do pré-projeto para a criação de lei municipal de fomento, a ECOSOL, capacitação continuada em economia solidária, tanto para a equipe técnica como para a Rede, apoio as feiras e lojas solidárias e finalmente o fortalecimento da Rede de Economia Solidária.

A Equipe Técnica contou com profissionais de diversas áreas, como ambientalistas, contadores, modistas, estilistas, engenheiros, programadores, etc., para melhorar a qualidade da produção, dos produtos, do ambiente de trabalho e da comercialização. Um exemplo é a padronização dos tamanhos e modelos das peças de roupa produzidas.

#### **3.1.2 ONG - Mulheres em Movimento**

A ONG Mulheres em Movimento é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em janeiro de 2004, que tem por finalidade apoiar a Rede de Economia Solidária de Dourados, através de acompanhamento técnico e suporte financeiro aos

empreendimentos solidários, bem como trabalhar com a formação cidadã dos empreendedores.

Os recursos da ONG são provenientes da doação de bens e da herança de uma jovem missionária e de outros doadores voluntários. Em Julho de 2006, a ONG Mulheres em Movimento criou o Banco Comunitário de Desenvolvimento, denominado Banco Pirê, integrando a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. O nome do Banco e de seus produtos tem origem na etnia Tupi Guarani, povo indígena nato do Município de Dourados. O Banco Pirê lançou a moeda social denominada Pirapirê, palavra que simboliza o “dinheiro” na etnia guarani e quer dizer abundância. ,Pira significa peixe e pirê casca ou escama de peixe.

O Banco Pirê é um sistema integrado que organiza os moradores de Dourados para se articularem em rede, produzirem e consumirem na própria cidade. Muito além de concessão de microcrédito, o Banco Pirê é um programa de desenvolvimento local, tendo como início a capacitação e empoderamento dos empreendedores, despertando o senso para a solidariedade e a colaboração como um modelo de desenvolvimento justo e sustentável. Além de usar apenas instrumentos de crédito, integra consumo, produção e comercialização, que permite a ligação entre as cadeias produtivas locais e a geração de trabalho e renda aos moradores.

Através de reuniões nos bairros, o Banco Pirê divulga suas ações e mobiliza os moradores para inserir-se a rede de Economia Solidária. O processo de construção da rede teve início a partir do mapeamento de produção e do consumo da região. O banco disponibiliza um sistema de microcrédito para estimular a produção local e satisfazer a demanda do consumo existente através de cartão de crédito, feiras, lojas para que os consumidores de um bairro comprem os produtos produzidos no local. A moeda disponibilizada neste sistema pode ser em moeda social ou moeda oficial, dependendo do caso.

A concessão de crédito é feita através da análise pelo(a) monitor(a) do bairro que faz o levantamento sobre o empreendedor e dá seu aval através de uma declaração escrita para o Banco Pirê. A partir daí o Banco entra em contato com esse

empreendedor por meio de visita, entrevista e levantamento sobre sua participação junto à rede e o perfil profissional. O Banco Pirê criou vários produtos e serviços que são oferecidos pela Rede:

**PirêFinança** – Financia a produção e o consumo solidário para empreendedores da Rede de Economia Solidária e consumidores solidários através de:

1 – *Finança solidária*: crédito para a produção com duas linhas: equipamentos e matéria-prima;

2 – *PirêCred*: cartão de crédito destinado a consumidores solidários. É adquirido na loja de economia solidária através de um cadastro pessoal e permite a realização de compras e o pagamento com 30 dias de prazo. Pode se dar em moeda social e/ou moeda oficial ( Real).

3 – *PiraPirê*: moeda social circulante entre empreendedores e consumidores solidários, com objetivo de ampliar o poder de consumo e promover o desenvolvimento local, valorizando a produção e o consumo no próprio bairro. Essa moeda foi lançada no dia 02 de junho de 2007.

**PirêFormação** – Busca ampliar a visão de que uma outra economia é possível.

1 – Acompanha o processo autogestionário dos empreendimentos de Economia Solidária, através de visitas e reuniões nos empreendimentos e/ou setores de produção;

2 – Promove encontros e cursos para capacitação, tendo em vista a construção de um outro mundo com base em relações solidárias;

3 – Abre espaço para empreendedores, estudantes e população em geral aprofundar o tema economia solidária e correlatos através da implantação de uma mini biblioteca;

4 – Apóia a participação em eventos relacionados à Economia Solidária nas esferas municipal, estadual, nacional e internacional.

**PirêComercialização** – Administra as lojas solidárias, o sitio do Banco Pirê e apóia a comercialização dos produtos e serviços da Rede de Economia Solidária por meio de feiras e exposição em eventos.

**PirêLegalização** – promove a discussão por setor de produção, da Rede de Economia Solidária e oferece apoio técnico e financeiro na efetivação da legalização (cooperativa ou micro empresa) escolhida pelo setor.

### **3.1.3 Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS**

A UEMS foi escolhida em 2007 para realizar o mapeamento dos empreendimentos econômicos e solidários no Mato Grosso do Sul, dando continuidade a um trabalho iniciado em 2005 pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. O objetivo era construir um Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) visando fortalecer os processos de formulação de políticas públicas para o desenvolvimento da Economia Solidária. Segundo o catálogo do mapeamento (2007) foram entrevistados na região da Grande Dourados 132 empreendimentos, sendo 120 somente no município de Dourados-MS,

Além desse levantamento, a UEMS abriga a incubadora ELOS/ITCP – Incubadora de Tecnologia Social para Cooperativas Populares que tem a missão de combater a pobreza com a inclusão econômica. A incubadora tem o intuito de apoiar grupos que queiram se organizar através a formação de Empreendimentos Econômicos solidários e sustentáveis, como cooperativas, Associações e outros grupos.

### **3.1.4 Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD**

A UFGD participou da proposta de um projeto de Implantação Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP - na região da grande Dourados, região sul de Mato Grosso do Sul, que teve como objetivo implantar uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares envolvendo as áreas de ensino, pesquisa e extensão. Os Empreendimentos Econômicos Solidários objeto da proposta da UFGD são:

- *Grupo de Mulheres Quilombolas*: É um grupo informal de 15 pessoas que desenvolve algumas atividades para geração de renda relativa à alimentação, produção de hortaliças e farinha. Este grupo vende seus

produtos uma ou duas vezes por semana em alguns lugares da cidade de Dourados e também na UFGD que abre um espaço para esta atividade. Está localizado no distrito de Picadinha, município de Dourado.

- *Grupo de mulheres artesãs do Assentamento Lagoa Grande – Arte com Fibra:* Grupo informal de 16 pessoas que trabalha artesanato, principalmente com fibras de bananeira, além de produção de doces, sabonetes, dentre outros produtos. Está localizado no distrito de Itahum, município de Dourados.
- *Grupo de mulheres dos Assentamentos Guaçu e Santa Rosa:* Grupo informal composto por 40 pessoas que trabalham com artesanato, plantio de mandioca para a produção de farinha artesanal, maracujá com o objetivo de produção de doces, polpas, e possivelmente, uma linha de perfume, além de comercialização do produto in natura. Localiza-se no Município de Itaquiraí.
- *Grupo de mulheres do Assentamento São Judas:* Grupo informal composto por 20 pessoas. Trabalha na confecção de uniformes no município de Rio Brilhante.

### **3.1.5 Universidade Anhanguera**

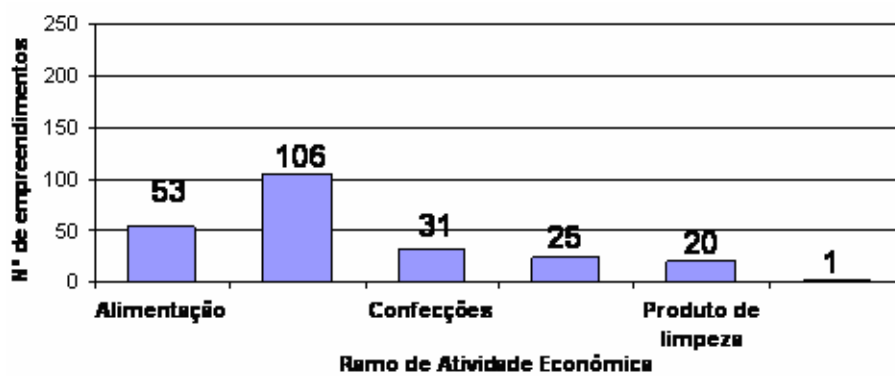
Os professores e acadêmicos da área de comunicação da Universidade Anhanguera promovem o projeto COMUNICASOL, que tem o objetivo de contribuir com a divulgação e o Marketing da Rede de Economia Solidária de Dourados. As atividades promovidas pela Universidade consistem na confecção de faixas, cartazes, folders, panfletos informativos, edição de um DVD contendo as experiências de Economia Solidária no Município, spot de divulgação dos produtos da Loja Solidária e oficinas de formação.

### 3.2. Rede de Economia Solidária do Município de Dourados

O capítulo apresenta a Pesquisa realizada pela equipe da Superintendência de Economia Solidária no ano de 2008, com 395 empreendedores de 236 empreendimentos econômicos solidários cadastrados e acompanhados.

#### 3.2.1. Apresentação geral

A Figura 1 indica os ramos de atividade econômica dos empreendimentos solidários da região de Dourados. O artesanato era a principal atividade na Rede de Economia Solidária, seguido da alimentação, confecções, prestação de serviços e produtos de limpeza. A reciclagem possuía somente um empreendimento, mas favoreceu várias pessoas com a coleta de produtos recicláveis.

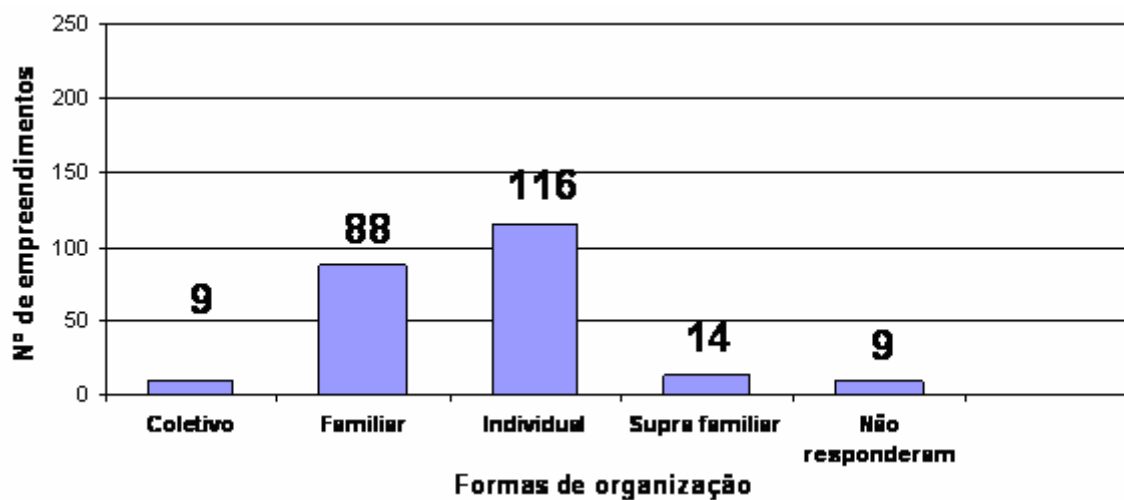


Fonte: Superintendência de Economia Solidária (2008)

Figura 1. Ramo de atividade econômica dos empreendimentos solidários da região de Dourados.

A Figura 2 demonstra que a forma de organização individual superava até mesmo a familiar. A forma de organização coletiva era minoria entre os empreendimentos envolvidos, o que vai de acordo com a hipótese emitida na pesquisa que os empreendimentos não funcionam segundo os princípios da economia solidária.

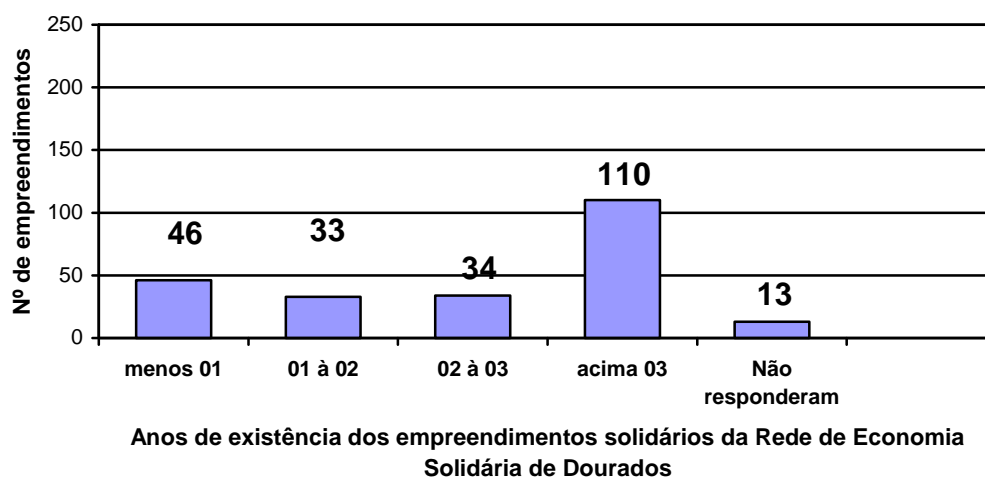




Fonte: Superintendência de Economia Solidária (2008)

Figura 2: Formas de organização adotadas pelos empreendimentos da Rede de Economia Solidária da região de Dourados.

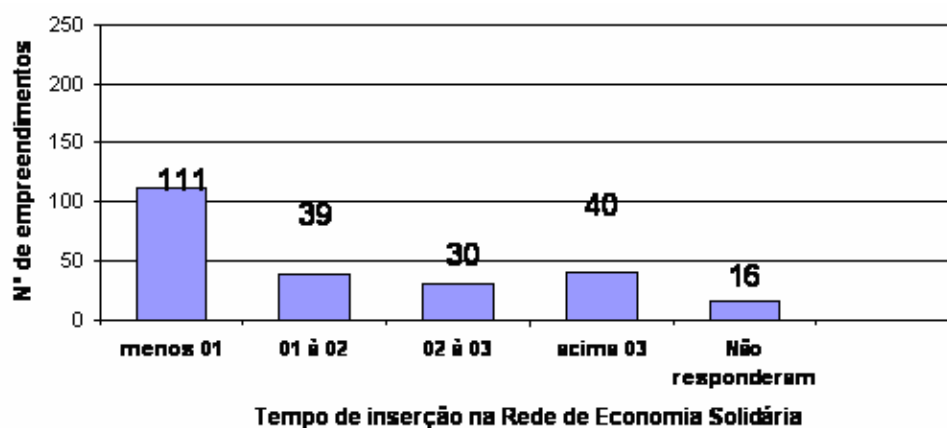
Conforme indicado na Figura 3, quase metade dos empreendimentos existia a mais de três anos, independente de estar inseridos na rede ou não. Esse dado mostra que muitos desses empreendimentos foram criados fora da rede de economia solidária. No Brasil, em 2007, 35,9% das micro e pequenas empresas desapareciam nos 4 primeiros anos de atividades (SEBRAE, 2008). O fato da maioria das empresas entrevistadas ter mais de 3 anos indica que muitos empreendimentos tinham passados da zona de maior perigo e já podiam ser caracterizados como empreendimentos consolidados.



Fonte: Superintendência de Economia Solidária (2008)

Figura 3. Tempo de existência dos empreendimentos solidários da Rede de Economia Solidária da região de Dourados.

A figura 4 indica que a maioria dos empreendimentos estavam inseridos na Rede de Economia Solidária a menos de um ano, o que confirma o fato desses empreendimentos terem começado como empresas tradicionais.

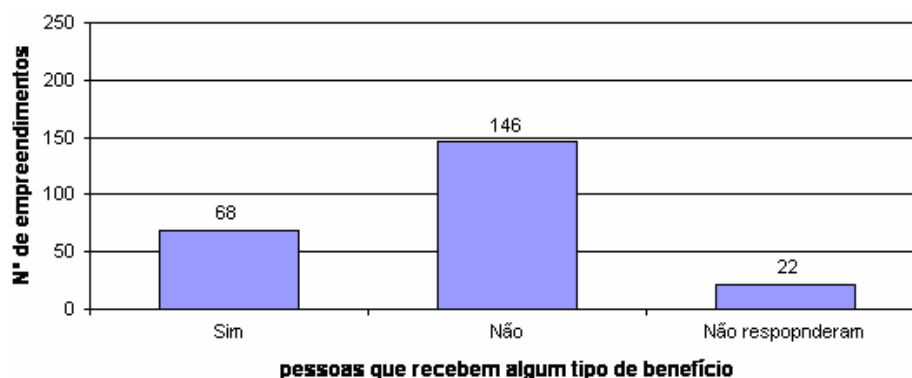


Fonte: Superintendência de Economia Solidária (2008)

Figura 4. Tempo de inserção na rede de economia solidária, dos empreendimentos solidários de Dourados.

Metade dos empreendimentos participou de cursos específicos de qualificação direcionada para a atividade exercida. Esses cursos eram oferecidos pela Secretaria de Assistência e Economia Solidária, ONG mulheres em Movimento e SEBRAE.

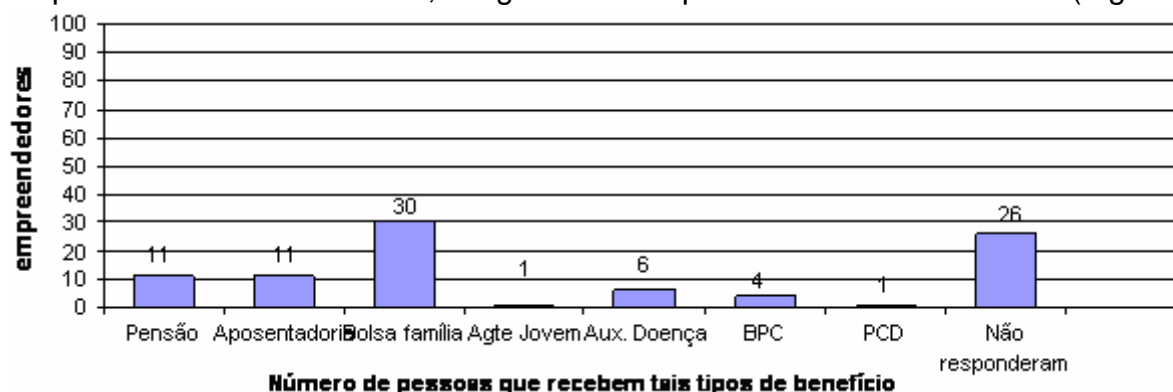
Na figura 5 observa-se que vários empreendimentos possuíam uma ou mais pessoas que recebiam algum tipo de benefício do Governo. Isso indica grande dependência em relação ao governo e nível de renda muito baixo dessas pessoas, que pertenciam a uma categoria social tradicionalmente apoiada pela economia solidária.



Fonte: Superintendência de Economia Solidária (2008)

Figura 5. Pessoas que recebem algum tipo de benefício nos empreendimentos solidários da Rede de Economia Solidária da região de Dourados.

A Bolsa Família foi o benefício mais citado entre os participantes dos empreendimentos da Rede, seguido de Aposentadoria e Pensão (Figura 6).



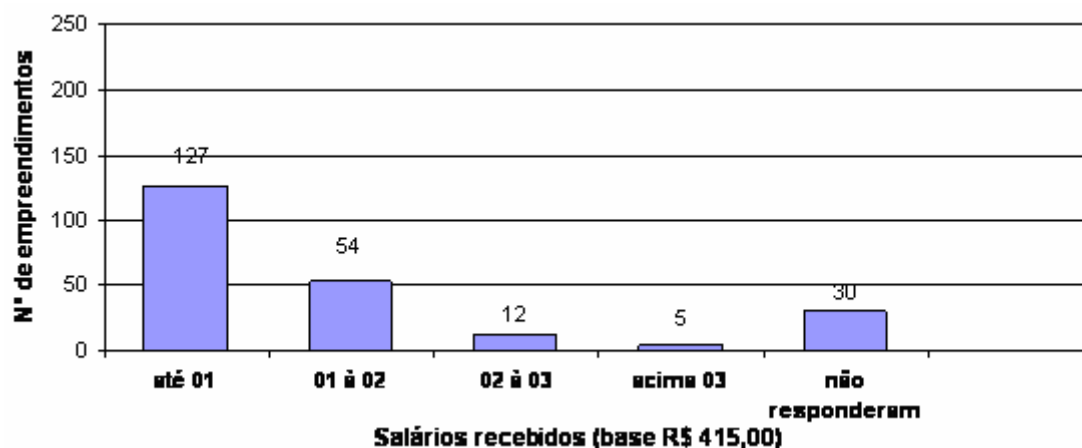
BPC: Benefício de prestação Continuada; PCD: Pessoa com deficiência.

Fonte: Superintendência de Economia Solidária (2008)

Figura 6. Tipos de benefícios recebidos nos empreendimentos solidários da Rede de Economia Solidária da região de Dourados.

A renda mensal da maioria dos participantes dos empreendimentos era de até um salário mínimo, com base num salário mínimo de R\$ 415,00. Apenas 2% dos participantes recebiam acima de três salários mínimos (Figura 7). A baixa renda

oriunda dos empreendimentos solidários indica o baixo impacto econômico dessas empresas, o que pode limitar as repercussões sobre o desenvolvimento local.

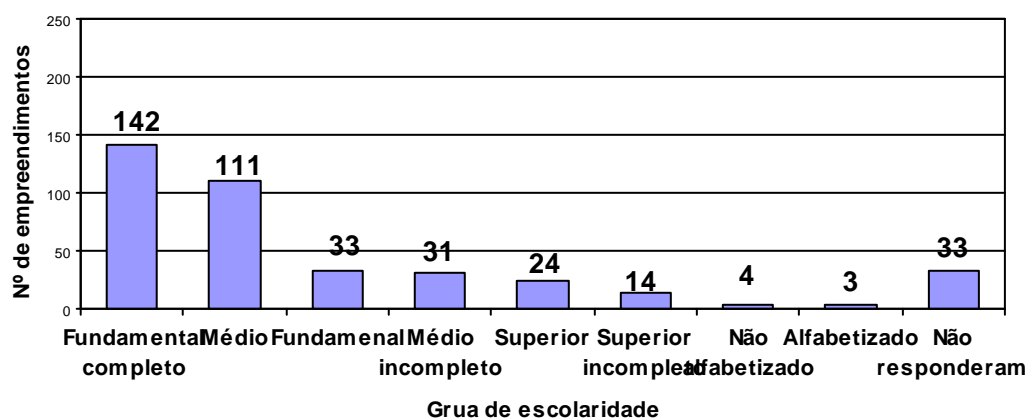


Fonte: Superintendência de Economia Solidária (2008)

Figura 7. Rendimento mensal nos empreendimentos solidários da Rede de Economia Solidária da região de Dourados.

A maioria dos empreendedores era do sexo feminino. Dos 395 empreendedores cadastrados apenas 19% eram do sexo masculino.

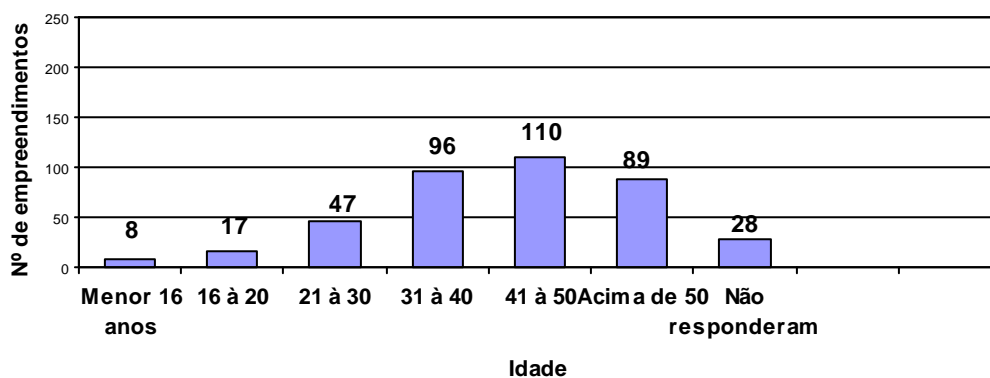
Em relação a educação dos participantes da economia solidária de Dourados, o índice de pessoas não alfabetizadas foi de apenas 1% (Figura 8). Os empreendedores com pelo menos o ensino médio completo totalizaram 37%.



Fonte: Superintendência de Economia Solidária (2008)

Figura 8. Escolaridade dos empreendedores entrevistados da rede de economia solidária de Dourados.

A idade da maioria dos empreendedores estava acima de 40 anos, mas com um quarto dos empreendedores entre 31 e 40 anos (Figura 9). A boa distribuição de idades entre os empreendedores da rede de economia solidária é um fator positivo para o desenvolvimento futuro da rede.



Fonte: Superintendência de Economia Solidária (2008)

Figura 9. Idade dos empreendedores entrevistados da rede de economia solidária de Dourados.

### 3.2.2. Síntese dos Resultados da pesquisa

Dos 236 empreendimentos econômicos solidários de Dourados mapeados em 2008, 106 estavam voltados para o artesanato e 53 para Alimentação. Vários empreendimentos de produtos de limpeza e de confecções estavam ligados a 1 empreendimento em cada seguimento, constituído como micro empresa. A ligação ocorria através de um contrato de adesão voluntária para uso de nota fiscal e redução de custos. O empreendimento formal (microempresa) fornecia as notas para os empreendimentos que estavam na informalidade, em contra partida, esses empreendimentos dividiam os custos e despesas para manter a microempresa.

O empreendimento de recebimento de material de reciclagem agregava várias pessoas que trabalhavam na coleta. Não existe coleta em lixões e a maioria da coleta era feita em bairros da cidade e nos mercados.

Metade dos empreendimentos era organizada em forma individual e perto de um terço era formado por empreendimentos familiares, o que mostra que a

coletividade é baixa, com apenas 3,81% das empresas que funcionavam como empreendimentos solidários.

A Rede de Economia Solidária existe desde o ano de 2002 e quase metade dos empreendimentos existe a mais de três anos. Segundo SEBRAE (2006) já passaram pelo período de instabilidade. No entanto, apenas 17% desses empreendimentos estavam inseridos na rede à mais de 3 anos e 47% participavam da rede à apenas 1 ano. Isso mostra o grande número de adesões recentes dos empreendimentos à Rede de Economia Solidária.

Metade dos empreendedores estava qualificado para as atividades exercidas. Essa qualificação ocorreu através de cursos de treinamentos oferecidos pela Rede. Para a outra metade faltava qualificar-se, melhorando assim a produção, comercialização e prestação de serviços.

Perto de um terço das pessoas inseridas na Rede recebiam benefício de órgãos do governo, sendo a maioria bolsa família e aposentadoria. Esses empreendedores trabalhavam para melhorar suas rendas, pois os empreendimentos geram poucos recursos. Em mais de metade dos empreendimentos a renda mensal era inferior ou igual a 1 salário mínimo e apenas 2% das empreendedores entrevistados ganhavam acima de 3 salários mínimos.

O índice de escolaridade dos empreendedores estava dentro da média nacional. Somente 1,7% não eram alfabetizados e 63% tinham chegado pelo menos até o ensino médio. Segundo IBGE (2007), no Brasil o índice de Analfabetismo em pessoas com mais de 15 anos é de 10,4%, ou seja 14,1 milhões de brasileiros. A pesquisa do IBGE revela que nas classes de rendimentos superiores a dois salários mínimos, o percentual de analfabetismo era de 1,4%. A idade dos empreendedores também é um fator positivo, pois 87,29% tinham entre 31 e 50 anos, sendo que 81% eram mulheres e somente 19% homens. É interessante ver a grande participação das mulheres quando se trata de empreendimentos de trabalho coletivo. Culti (2004), através de informações extraídas do Banco de Dados da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB informa que nos grupos informais, considerando a totalidade de todas as atividades, as mulheres se destacam como sendo em maior

número na confecção, artesanato, dança e música, serviços de saúde, turismo e ceramista. Nas atividades de serviços gerais/limpeza e serviços, de reciclagem de lixo a proporção de mulheres fica muito próxima a dos homens.

## **4. METODOLOGIA**

### **4.1. Elaboração da pesquisa**

O método utilizado para avaliar a Rede de economia solidária e o papel da moeda social sobre o desenvolvimento dos empreendimentos solidários no município de Dourados é o indutivo, com uma abordagem qualitativa. Esta abordagem é largamente utilizada no universo das ciências sociais e da educação, principalmente com representações sociais que podem ser entendidas como visão de mundo (CASTILHO et al., 2006).

A pesquisa foi realizada a partir de dados secundários, ou bibliográficos e primários. Os dados primários foram obtidos a partir de pesquisa documental, de entrevistas e de aplicação de questionários.

Na pesquisa bibliográfica, os dados secundários são obtidos mediante consulta feita em livros, revistas, jornais, internet, etc. Entre as informações documentais utilizadas na pesquisa consta o relatório da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária, Superintendência de Economia Solidária, desenvolvido em 2008 e apresentado no Capítulo 3.

As entrevistas foram realizadas com representantes da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária no período de 2007 a 2009, da ONG Mulheres em Movimento, de todas as organizações de apoio e com empreendedores da Rede de Economia Solidária de Dourados. As entrevistas foram semi-estruturadas, o que segundo Gressler (2003) permite seguir uma padronização de questões, cujos parâmetros são pré-estabelecidos.

O universo das empresas de economia solidária da região de Dourados até 2008 era constituído de 236 empreendimentos. Desse universo foi selecionada uma amostragem de empreendimentos para serem entrevistados. A seleção dos empreendimentos foi feita por amostragem estratificada. As perguntas foram fechadas, o que favoreceu a análise final. Para Malhotra (2001), este tipo de amostragem usa um processo de 2 estágios para dividir a população em sub-



populações ou estratos. Escolhem-se os elementos de cada estrato por um processo aleatório. Os estratos devem ser mutuamente excludentes e coletivamente exaustivos (cada elemento da população é atribuído a um único estrato e nenhum elemento da população é omitido). Dos empreendimentos pesquisados o critério para identificação foi o segmento de atuação, sendo até seis empreendimentos escolhidos de modo aleatório em cada um dos estratos seguintes: alimentação, artesanato, confecções, prestação de serviços, produtos de limpeza e reciclagem. Os segmentos de atividades de Produtos de limpeza e de Reciclagem possuem um empreendimento somente, mas foram entrevistados seis participantes em cada um deles. Nos demais segmentos cada empreendedor entrevistado caracterizou um empreendimento, devido a atividade ser individual.

#### **4.2. Seleção das variáveis para o questionário:**

A pesquisa buscou verificar a adesão aos princípios da economia solidária pelos empreendimentos da rede de economia solidária da região de Dourados e a importância da moeda social como ferramenta de fortalecimento dessa rede. As variáveis selecionadas foram divididas em 4 grupos, conforme apresentação seguinte:

##### **Economia solidária:**

- Conhecimento em relação aos princípios de Economia Solidária;
- Existência de princípios de autogestão;
- Valorização social do trabalho humano diante da sociedade: satisfação em relação à criatividade, tecnologia e economia;
- Reconhecimento do lugar da mulher numa economia fundada na solidariedade;
- Consciência quanto ao respeito à Natureza.

##### **Redes:**

- Grau de Informação entre os empreendimentos junto a Rede e ao mercado formal;
- Comercialização entre os inseridos na Rede e fora da Rede: Fluxo de compra e venda dentro e fora da Rede;

- Análise do trabalho coletivo na rede.

**Ferramentas Financeiras:** Moeda Social, microcrédito

- Circulação da moeda social dentro e fora da rede;
- Apoio através do microcrédito: Uso de Financiamento e Empréstimo, das Finanças solidárias oferecidas pelo Banco Pire;
- Grau de satisfação e benefícios na utilização da moeda social.

**Comportamento compatível com Desenvolvimento Local:**

- Metabolização pelos indivíduos de suas capacidades, competências e habilidades: formação, desenvolvimento e renovação das estruturas para a produção do bem estar social;
- Metabolização (formação, desenvolvimento e renovação) com o desenvolvimento de auto-estima e auto confiança no âmbito comunitário e individual;
- Empoderamento da comunidade, com ação conectada a um senso de responsabilidade pelo trabalho, pela aquisição de conhecimentos e pela capacidade de produzir mudanças a partir dele (empoderamento).

## 5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa foram abordados a partir de figuras com suas respectivas análises. Para cada grupo de variáveis foi feita uma síntese com o objetivo de definir claramente o comportamento da variável.

### 5.1 Respeito aos Princípios da Economia Solidária

#### 5.1.1 Resultados

A Figura 10 indica que a maioria dos empreendedores estava satisfeito com seu empreendimento. Alguns empreendedores se declararam indiferentes alegando que era o que se tinha para trabalhar, o que sabiam fazer, enfatizando a falta de escolha. Na unidade de reciclagem, um empreendedor se declarou um pouco insatisfeito pelo fato de ficar alheio ao que acontece na gestão do empreendimento, cabendo-lhe somente a parte operacional.

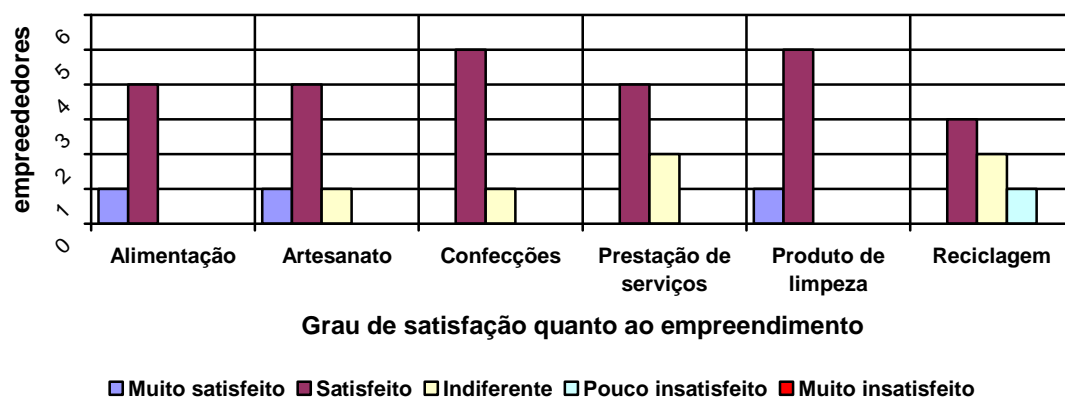


Figura 10. Grau de Satisfação quanto ao empreendimento, dos empreendedores entrevistados.

A figura 11 indica que a valorização da mulher como ser humano, trabalhadora e mãe é demonstrada em todos os empreendimentos pesquisados. Um empreendedor de artesanato e um de produtos de limpeza classificaram a mulher como muito valorizada, enquanto que um da alimentação, um da prestação de serviços e um da reciclagem se declararam indiferentes.

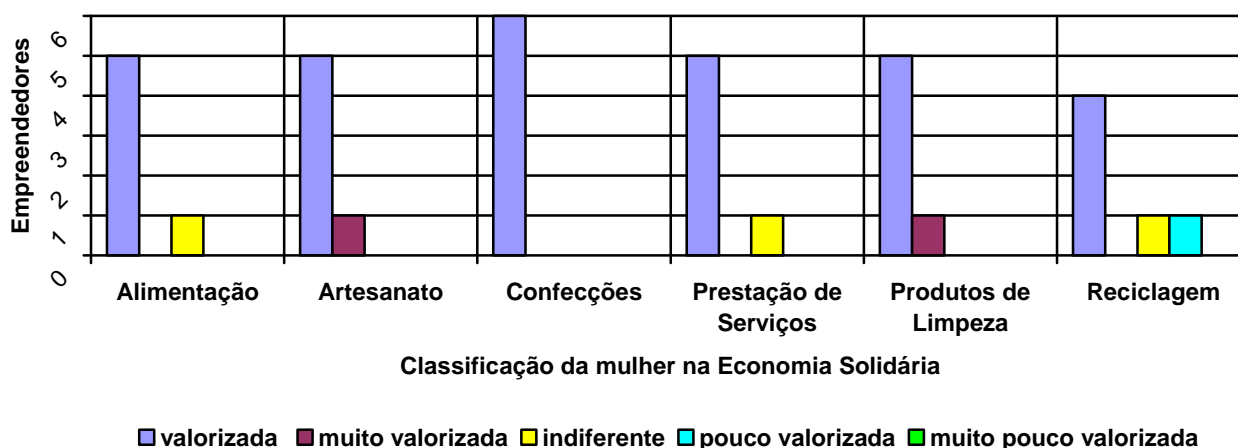


Figura 11. Classificação da mulher na economia solidária, nos empreendimentos visitados.

Empreendimentos com empregados foram encontrados nos segmentos de Alimentação, Prestação de Serviços e Reciclagem, este na forma de associação entre trabalhadores independentes. A administração dos empreendimentos de artesanato, confeccões, Alimentação e prestação de serviços era feita somente pelo empreendedor. No empreendimento de produtos de limpeza todos tinham conhecimento e participavam diretamente da administração junto com um órgão de apoio. Já no empreendimento de reciclagem a administração ficava apenas por conta do órgão de apoio.

A figura 12 mostra que a motivação para a criação dos empreendimentos ligados a alimentação, artesanato e confeccões se deu pelo fato de poder ganhar um pouco mais para complementar a renda já existente. Nos estabelecimentos de Produtos de limpeza e Reciclagem, a grande maioria dos entrevistados se inseriu no empreendimento devido ao desemprego. Alguns dos participantes das empresas de Prestação de serviços, artesanato e também produtos de limpeza se motivaram a abrir o empreendimento depois de participar dos cursos oferecidos pela Rede.

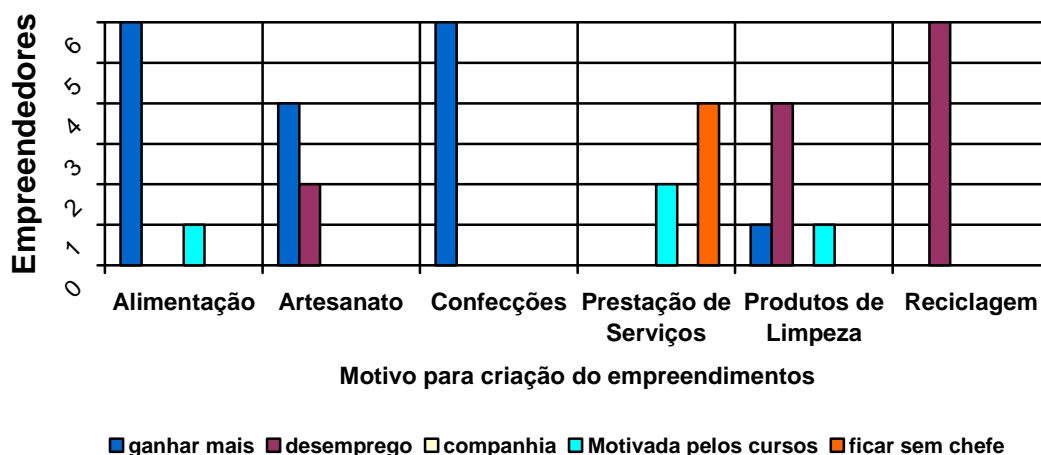


Figura 12. Motivo para a criação do empreendimento, nos empreendimentos visitados.

As Atividades dos empreendimentos de Alimentação, artesanato, confeções e prestação de serviços ocorriam, na grande maioria, de forma individual com uma minoria sendo familiar (figura 13). Já nos empreendimentos de produtos de limpeza e reciclagem as atividades eram realizadas de forma coletiva.

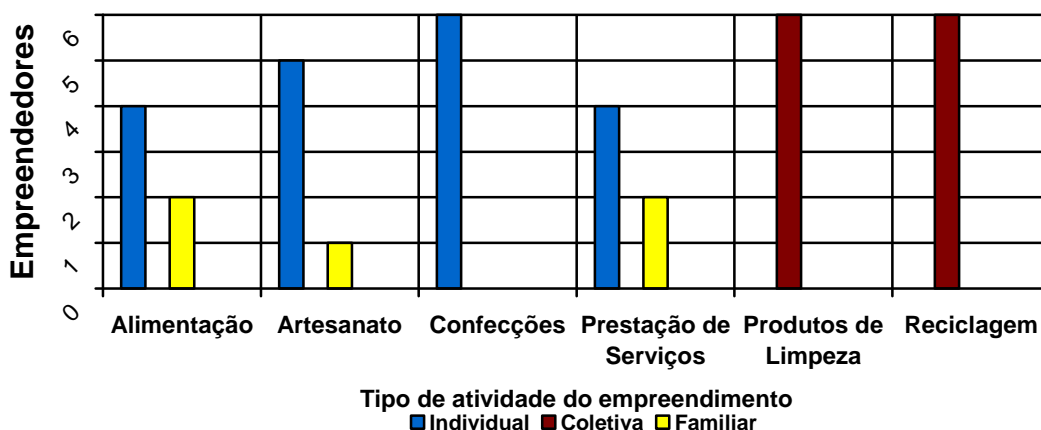


Figura 13. Tipo de Atividade do empreendimento, dos empreendedores entrevistados.

A figura 14 demonstra que os equipamentos de produção nos empreendimentos de alimentação, artesanato, confeções e prestação de serviços eram de uso individual. Já nos de produtos de limpeza e reciclagem, esse uso era coletivo.

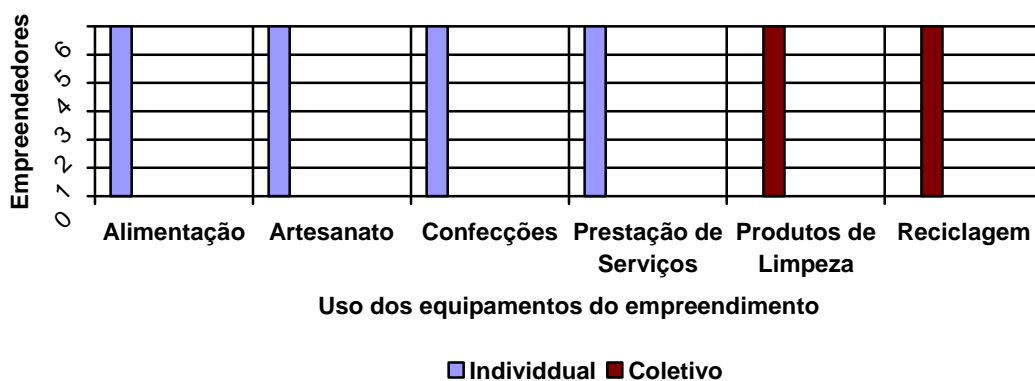


Figura 14. Uso dos equipamentos do empreendimento, nos empreendimentos visitados.

Todos os empreendimentos tinham objetivos comerciais, com a comercialização de seus produtos e/ou serviços.

Conforme figura 15, a comercialização dos produtos da maioria dos empreendimentos se dava na loja solidária e feira solidária. Parte da produção dos empreendimentos dos setores de alimentação, artesanato e produtos de limpeza era comercializada também no mercado formal. Nas feiras livres eram comercializados os produtos de limpeza produzidos pela Rede. Já o empreendimento de reciclagem tinha sua comercialização através de atravessador.

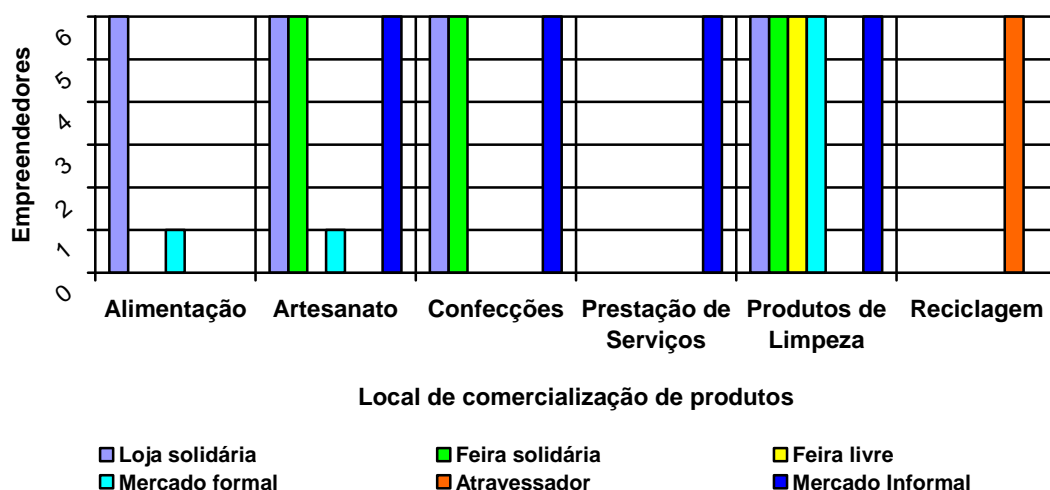


Figura 15. Local de comercialização dos produtos, nos empreendimentos visitados.

Conforme a figura 16, todos os empreendimentos exceto de reciclagem, comercializavam de forma direta ao consumidor. Os setores de confeções e

produtos de limpeza comercializavam também para órgãos governamentais (escolas, postos de saúde, etc.). A comercialização do empreendimento de produtos de limpeza era realizada também para revendedores atacadistas.

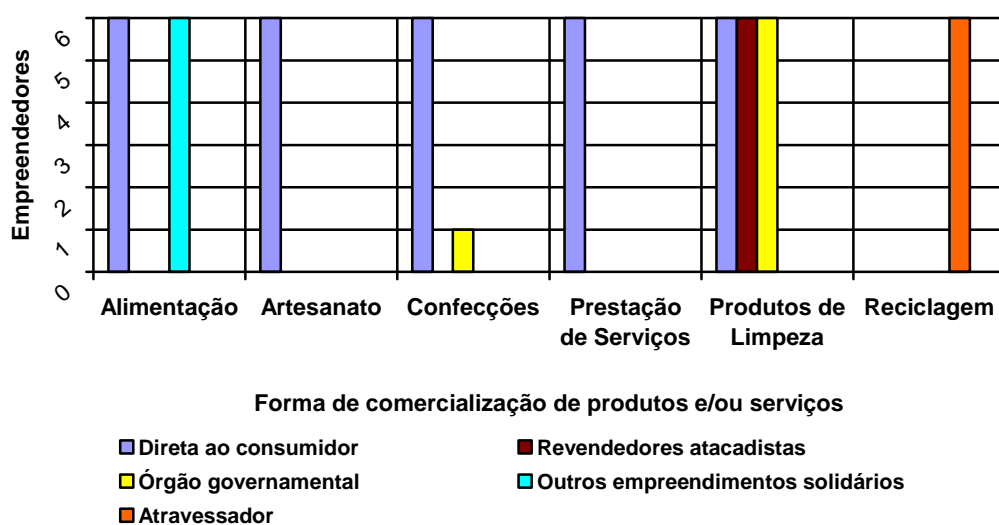


Figura 16. Forma da comercialização dos produtos/serviços do empreendimento, nos empreendimentos visitados.

A figura 17 frisa que a maioria dos empreendimentos de alimentação, artesanato, confeções e prestação de serviços não possuíam sócios porque eram empreendimentos individuais ou familiares. A participação na administração do empreendimento de produtos de limpeza é de todos, enquanto que na reciclagem nenhum dos entrevistados faz parte da administração.

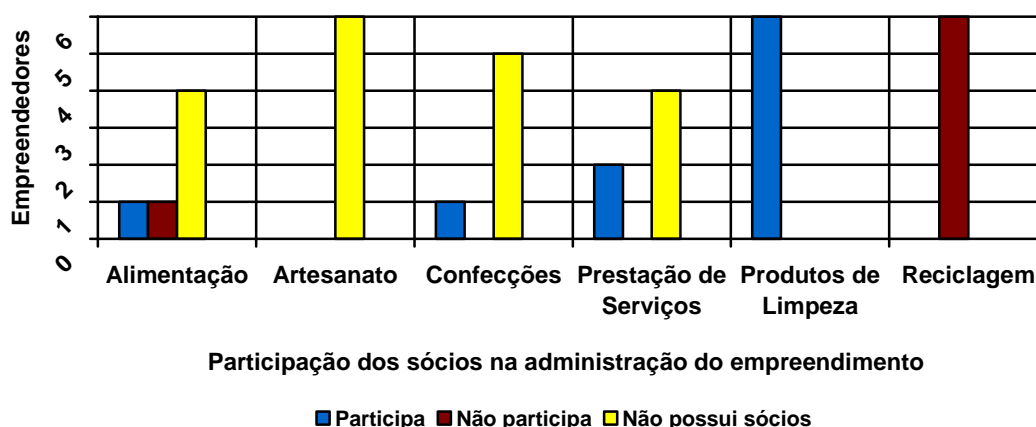


Figura 17. Participação de sócios na administração dos empreendimentos visitados.

O lixo gerado em todos os empreendimentos da Rede era destinado para coleta normal, até mesmo no empreendimento de reciclagem, que após selecionar o material de interesse colocava o resto na rua para o caminhão levar. O

empreendimento de produtos de limpeza foi o único que tratava seus resíduos antes de eliminá-los.

### **5.1.2 Síntese**

O conhecimento em relação aos princípios da Economia Solidária e da autogestão foi demonstrado pela maioria dos entrevistados, mas observou-se que os mesmos não são totalmente praticados. A valorização social do trabalho humano dos empreendedores diante da sociedade aos poucos vem sendo reconhecido, principalmente para a mulher que é maioria nesta economia fundada na solidariedade.

Existe também um bom grau de conhecimento quanto aos cuidados com o meio ambiente, mas os empresários entrevistados alegaram não ter suporte por parte do órgão público municipal para que possam colocar esses conhecimentos em prática, principalmente em relação à reciclagem do lixo.

Como a maioria dos empreendimentos era de propriedade individual ou familiar, o número de empregados era quase inexistente. O empreendimento que mais emprega é o de reciclagem, que possui um estatuto particular, pois é uma associação em que os participantes são associados e não empregados, mas na qual estes não têm participação na gestão. Nesse caso, segundo Singer (2006) foi possível verificar que os princípios da economia solidária não eram respeitados.

## **5.2 Trabalho em Rede**

### **5.2.1 Resultados**

A maioria dos empreendimentos de alimentação, artesanato e confecções se declarou satisfeito com a Rede de Economia Solidária (figura 18). Os empreendimentos de Prestação de serviços e de Reciclagem afirmaram ser indiferentes em relação à Rede. Os empreendedores de reciclagem alegaram até desconhecer a verdadeira função da Rede. A maioria dos empreendedores de produtos de limpeza declarou-se um pouco insatisfeito com a atuação da rede.



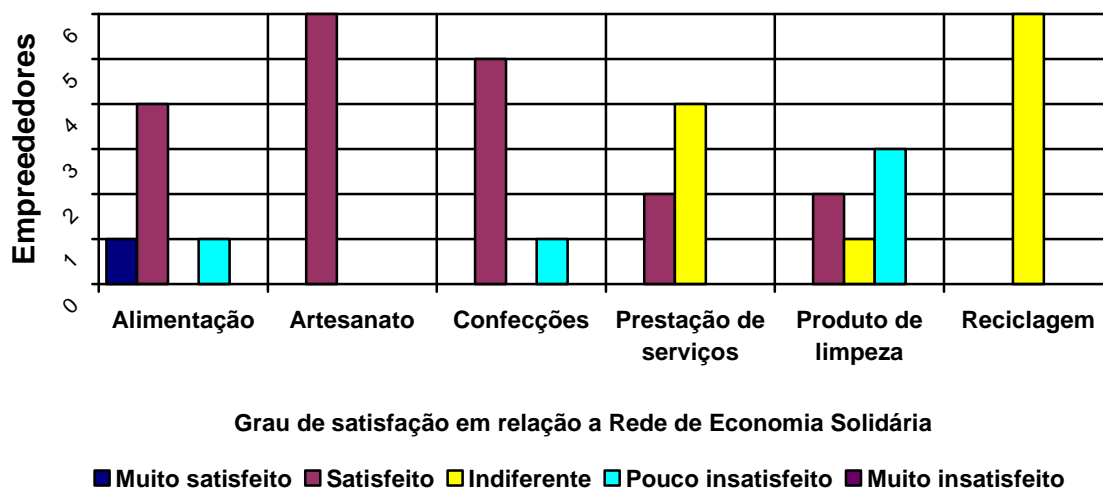


Figura 18. Grau de satisfação dos empresários visitados, em relação a Rede de Economia Solidária de Dourados.

A figura 19 identifica que os empreendedores do empreendimento de reciclagem alegaram não existir cooperação entre os empreendimentos da Rede. Já os demais vêm a existência de cooperação em algum momento de suas atividades. Para Singer os cooperados devem administrar o empreendimento de forma coletiva, dividir o capital entre eles por igual e nas decisões cada um tem um voto. Esses são os princípios básicos de qualquer cooperativa e da economia solidária.

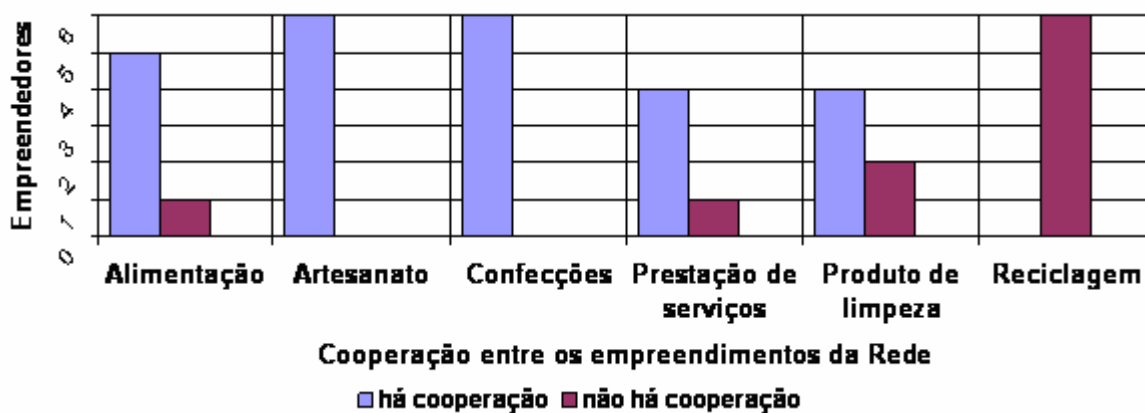


Figura 19: Cooperação entre os empreendedores visitados da Rede de economia solidária de Dourados.

Em complemento a figura 19, a figura 20 indica que a cooperação entre os empreendimentos, exceto nos de reciclagem e de prestação de serviços, se dava na comercialização, onde estes dividiam o mesmo espaço físico, principalmente na loja solidária e em feiras solidárias. Os empreendimentos de confecção dividem também as notas fiscais e o mesmo CNPJ de uma microempresa, mesmo se a comercialização dos produtos permanece individual. Os empreendimentos de reciclagem e prestação de serviços não dividiam nada. Para Silva o alicerce da rede é a vontade de seus integrantes, e a participação dos mesmos é que a faz funcionar.

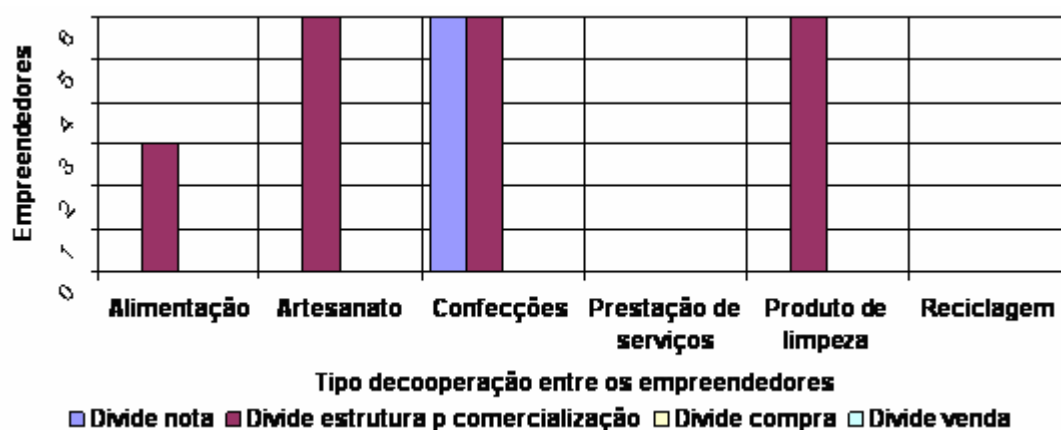


Figura 20. Tipo de cooperação entre os empreendedores da Rede de economia solidária de Dourados.

A maioria da comercialização dos produtos/serviços dos empreendimentos acontecia em empreendimentos não inseridos na Rede (figura 21). Os empreendimentos do setor de artesanato eram os únicos que a maioria dos compradores pertencia a rede de economia solidária. O empreendimento de reciclagem realizava 100% de sua comercialização fora da Rede.

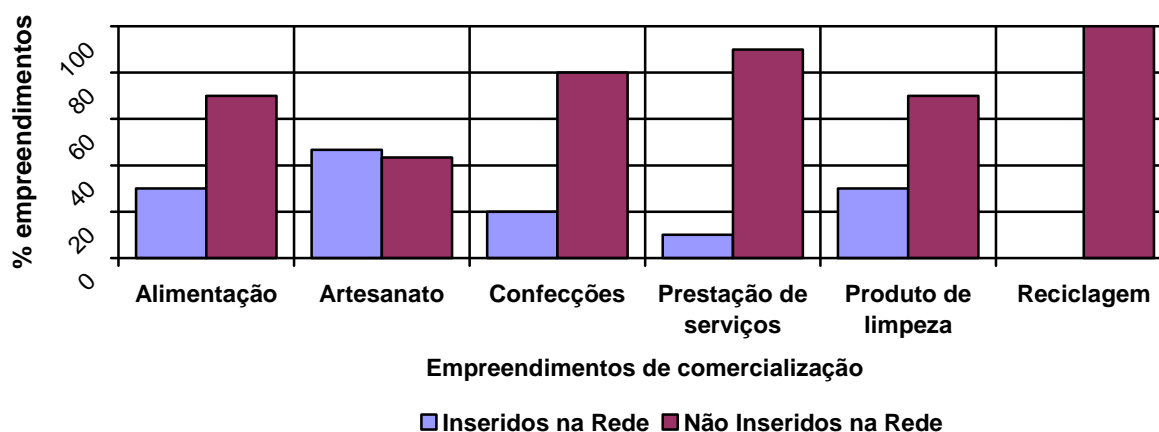


Figura 21. Empreendimentos de comercialização (em %) das empresas de economia solidária visitadas.

A figura 22 mostra que somente os empreendedores de Reciclagem não eram diretamente ligados a Rede. Os demais estavam diretamente ligados a Rede de Economia solidária, tendo uma minoria de prestadores de serviços que não participava.

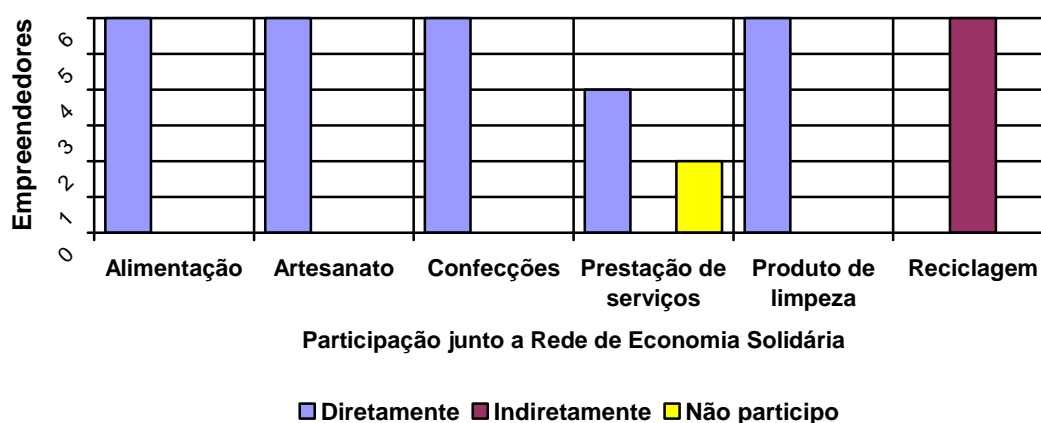


Figura 22. Participação junto a Rede de Economia Solidária da região de Dourados.

A figura 23 mostra que dos benefícios que a Rede oferece, todos os seguimentos utilizaram a capacitação profissional, seguido de empréstimos, financiamentos e cartão de créditos numa escala menor. Nenhum empreendimento tem participação na gestão do Banco Pirê.

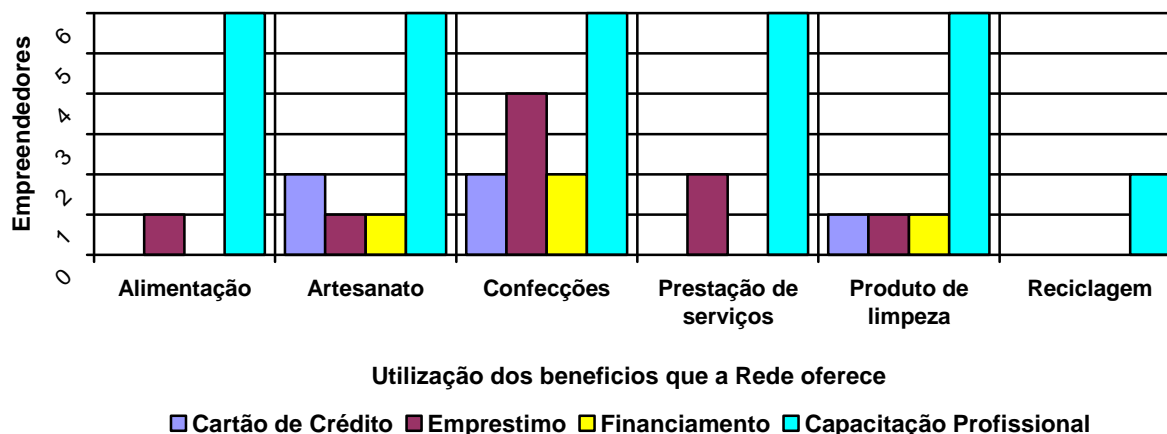


Figura 23. Utilização dos benefícios que a Rede Oferece aos empreendimentos de economia solidária da região de Dourados.

Entre os órgãos de apoio, a ONG estava presente em todos os segmentos de atividades, mas no de reciclagem foi citada apenas por um entrevistado. O papel das Universidades também foi citado por alguns empreendimentos como o de alimentação, para analisar o valor nutricional dos produtos e no segmento de produtos de limpeza, com a elaboração de propaganda. No caso do setor de reciclagem, o apoio principal vinha de Órgão governamental. (figura 24)

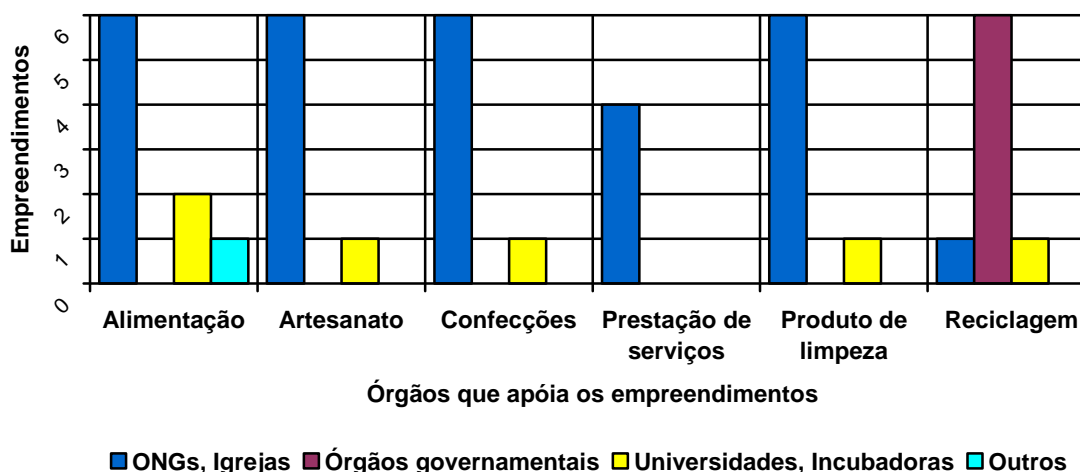


Figura 24. Órgãos que apóia empreendimentos de economia solidária visitados.

A figura 25 demonstra que a matéria-prima dos empreendimentos origina-se fora da Rede. Além de adquirir suas matérias-primas fora da Rede, os empreendimentos de alimentação e reciclagem compram também dentro da Rede.

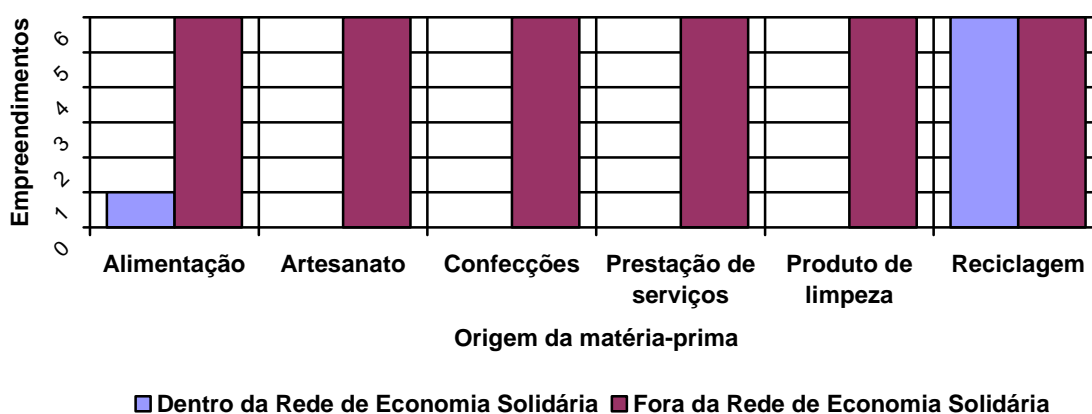


Figura 25. Origem da matéria-prima comprada pelos empreendimentos de economia solidária visitados.

A figura 26 mostra que todos os empreendimentos pesquisados tiveram apoio quanto à qualificação profissional, técnica e gerencial e formação sócio-política. Os setores de Confeções e produtos de limpeza tiveram ainda assessoria jurídica e para a formalização da microempresa, que serve de base legal para todos os empreendimentos desses segmentos de atividade. Os empreendimentos de alimentação beneficiaram-se de assessoria em marketing e na comercialização.

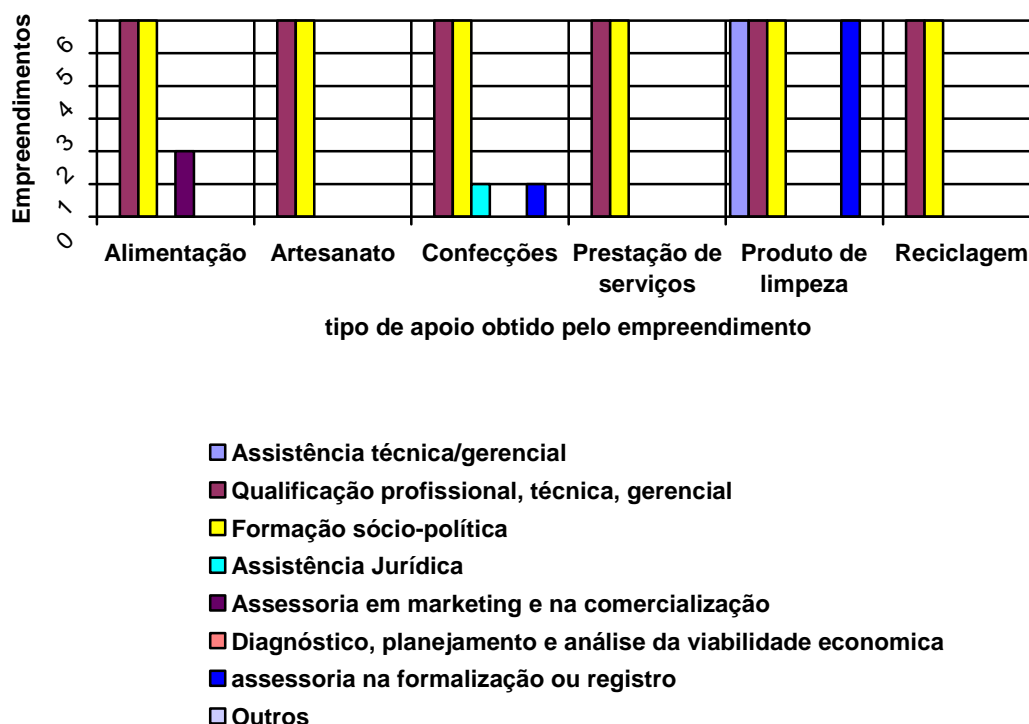


Figura 26. Tipos de apoio recebido pelos empreendimentos visitados.

### 5.2.2 Síntese

A maioria dos empreendedores declarou estar satisfeito com a Rede de Economia Solidária. Os empreendimentos avaliados reconhecerem o trabalho e o esforço por parte do órgão de apoio ONG Mulheres em Movimento para manter o que foi construído até o momento, mesmo se alguns empreendedores declararam-se indiferentes em relação à Rede. Pessoas do empreendimento de Reciclagem alegam desconhecer o trabalho da Rede e por esse motivo não vêm cooperação entre os mesmos. Já os empreendedores de Produtos de limpeza dividem a estrutura física, máquinas, matéria-prima e mão-de-obra entre eles, e dividem com outros empreendimentos as Lojas e Feiras solidárias para comercialização. Os empreendedores de Confeccões dividem a nota fiscal e o CNPJ da microempresa para compra ou venda, mas de forma individual.

Muito pouca matéria-prima é adquirida dentro da Rede, pois não há empreendimentos que trabalham com algum tipo de matéria-prima necessária para a

produção. Muita matéria-prima é adquirida em empresas/empreendimentos fora da Rede de Economia Solidária.

Em conclusão, a rede parece funcionar mais como uma estrutura de formação e de comercialização de produtos, do que com uma rede solidária de ajuda mútua entre os participantes.

## 5.3 Ferramentas Financeiras

### 5.3.1 Resultados

Poucos empreendimentos pesquisados possuíam financiamentos, mas todos aqueles que se beneficiaram de financiamento fizeram crédito solidário (figura 27). As empresas de confecção eram as empresas com mais financiamento. O crédito solidário segundo Xavier permite aos pobres acessar recursos para alavancar o desenvolvimento humano com novos padrões.

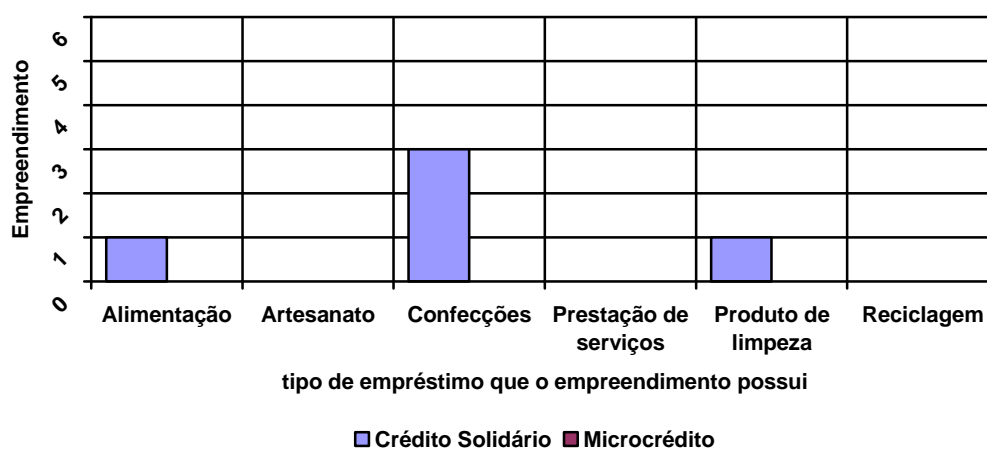


Figura 27. Empréstimos realizados pelos empreendimentos visitados.

Na Figura 28 é possível perceber que os empréstimos solidários feitos pelos empreendimentos eram destinados apenas para Capital de giro e compra de máquinas e equipamentos.

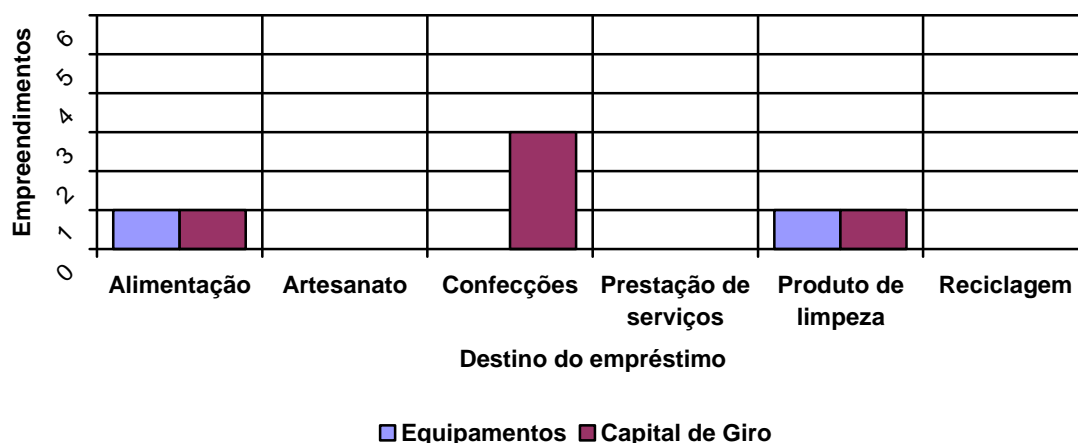


Figura 28. Destino dos empréstimos realizados nos empreendimentos visitados.

A maioria dos empreendimentos pagava seus produtos com moeda oficial (Real), mas muitos empreendimentos de todos os setores avaliados utilizavam também a moeda social (figura 29). Os setores de artesanato, confecção e produtos de limpeza trabalhavam também na base de troca. Esses resultados indicam o uso por bastante estabelecimentos visitados, de ferramentas da economia solidária. O setor de reciclagem é o único que não utilizava nenhum desses tipos de ferramentas.

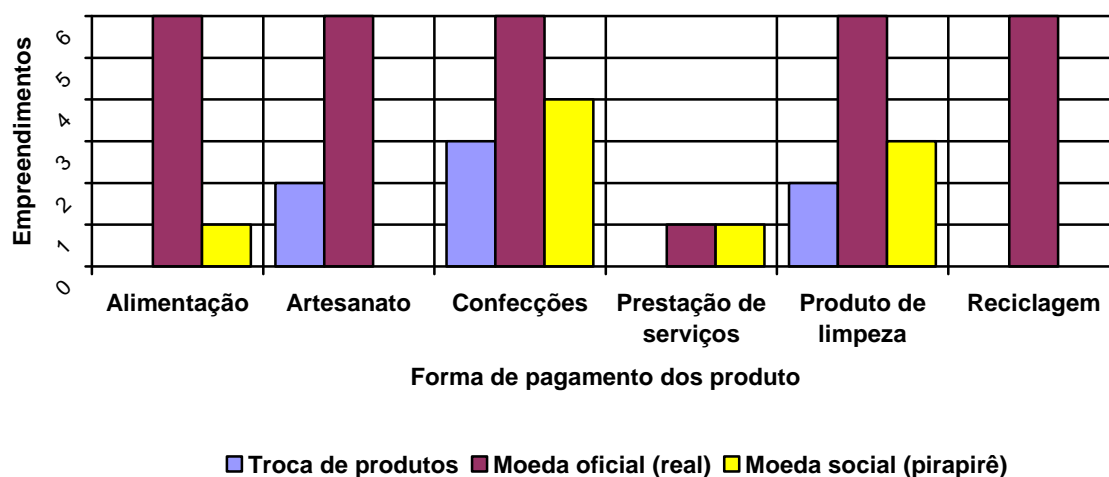


Figura 29. Forma de pagamento dos produtos comprados pelos empreendimentos de economia solidária visitados.

As figuras 29 e 30 indicam que a grande maioria das compras era feita em moeda oficial (Real) e que a moeda social (Pirapirê) representa uma pequena



percentagem. Os setores de alimentação, artesanato e confecção são os que mais usam a moeda social, com um total de 20% de suas compras.

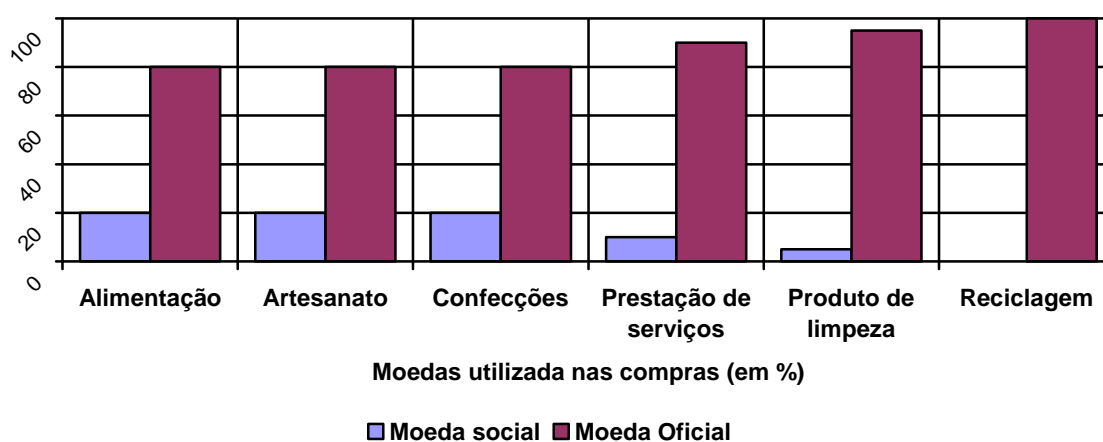


Figura 30. Proporção da moeda utilizada na compra de produtos pelos empreendimentos visitados (em %).

Nas figuras 31 à 35 é mostrado, em percentual, o tipo de moeda usada no pagamento e/ou recebimento dos empreendimentos por setor de atividade. No caso dos empreendimentos de alimentação, a taxa de uso da moeda social era maior na loja e na feira solidárias. Mesmo assim, essa taxa nunca ultrapassou 30%, o que denota uma baixa participação desse tipo de moeda.

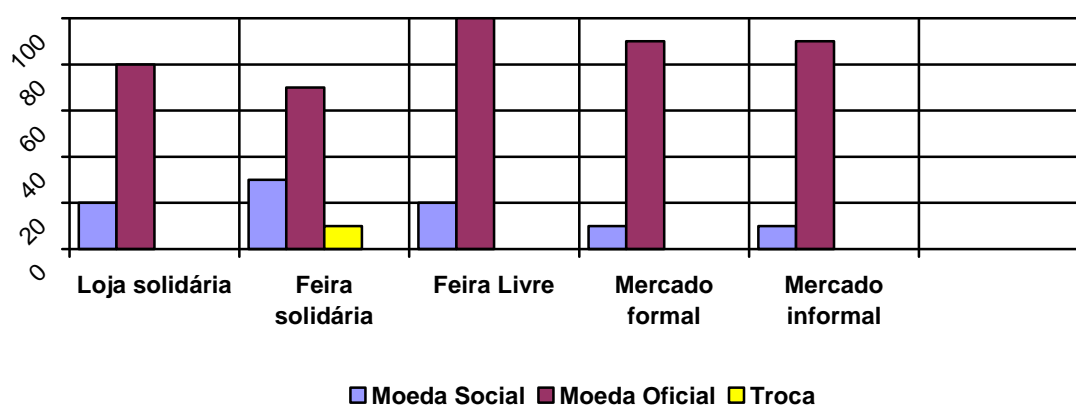


Figura 31 Forma de pagamento e/ou recebimento da comercialização dos empreendimentos de Alimentação (em %).

As taxas de uso da moeda social pelos empreendimentos de artesanato eram similares ao segmento de alimentação, mesmo se o uso de moeda social na feira solidária era sensivelmente inferior.

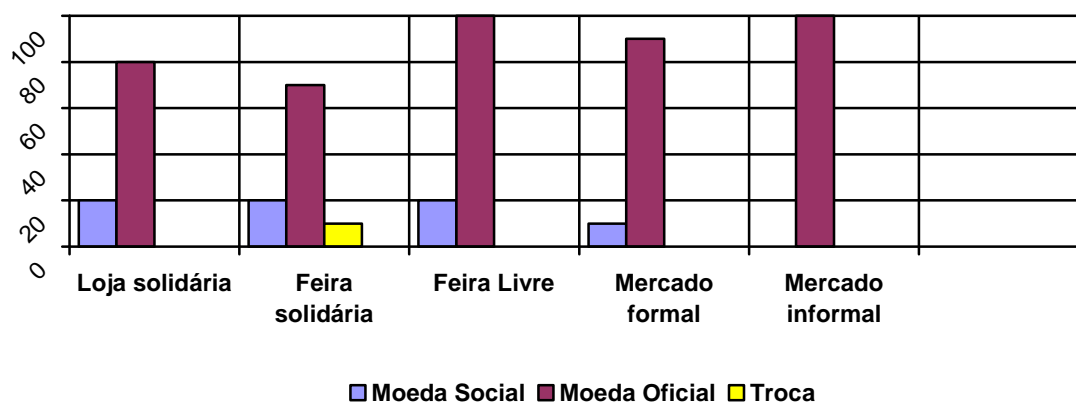


Figura 32. Forma de pagamento e/ou recebimento da comercialização dos empreendimentos de Artesanato (em %).

O segmento de confecção recorria sensivelmente menos à moeda social, com uso dessa moeda principalmente na loja solidária. Ao contrário dos segmentos de artesanato e alimentação, o de confecção recorria também à troca de mercadoria, mesmo se esse sistema permanecia muito limitado.

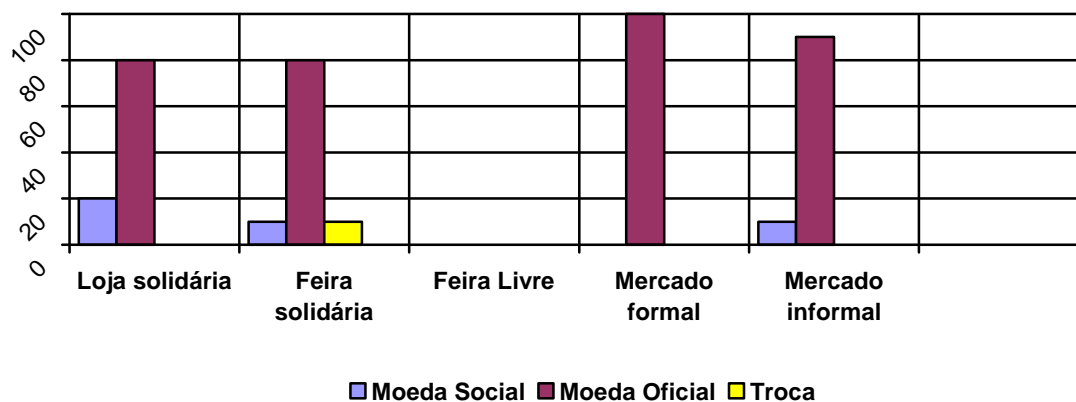


Figura 33. Forma de pagamento e/ou recebimento da comercialização dos empreendimentos de Confecções (em %).

Dos empreendimentos de prestação de serviços nenhum dos entrevistados comercializou nas feiras livre. Entre 90 e 95% da comercialização nas lojas e feiras solidárias foi em moeda oficial, o que indica o uso muito reduzido de moeda social. Como no segmento de confecção, algumas empresas de prestação de serviço recorriam ao sistema de troca.

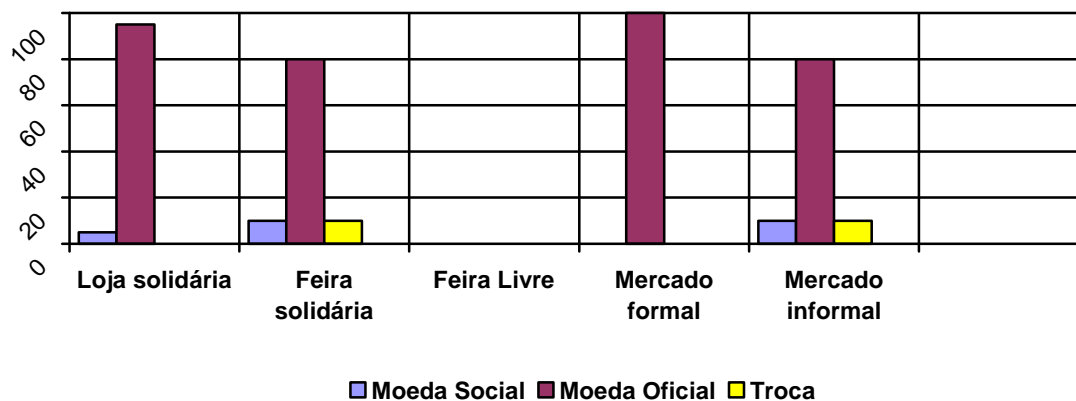


Figura 34. Forma de pagamento e/ou recebimento da comercialização dos empreendimentos de Prestação de serviços (em %).

Os empreendimentos de Produtos de Limpezas utilizavam também a moeda social e a troca. No entanto, ao contrário das empresas dos outros segmentos, o uso maior de moeda social não era nas lojas e feiras solidárias, mas nos mercados formal e informal. Mesmo assim, as percentagens de adoção dessa moeda permaneciam limitadas, com um máximo de 20%.

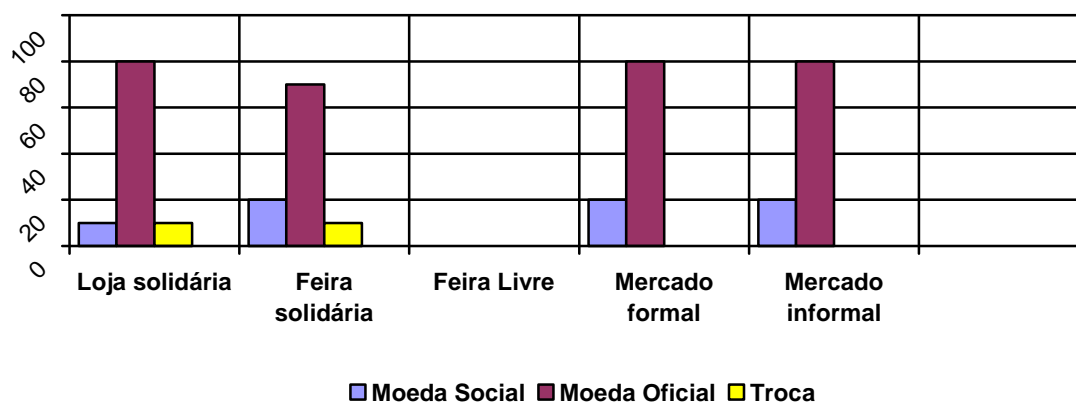


Figura 35. Forma de pagamento e/ou recebimento da comercialização dos empreendimentos de Produtos de Limpeza (em %)

Toda a comercialização do setor de reciclagem foi feita em moeda oficial (Real), com ausência total de uso de moeda social ou de troca.

As entrevistas indicaram que para todos os empreendedores a moeda social não trouxe nenhum benefício. Apenas um entrevistado do setor de alimentação

acreditava na utilidade dessa moeda. Os empreendedores de reciclagem afirmaram desconhecer a moeda social.

A origem dos recursos para iniciar os empreendimentos se deu na maioria dos empreendimentos visitados a partir do capital dos sócios e de crédito solidário (figura 36). O segmento de reciclagem contou com recursos de doações. O setor de produtos de limpeza, seguido do de prestação de serviços, foram os que mais se beneficiaram de créditos solidários.

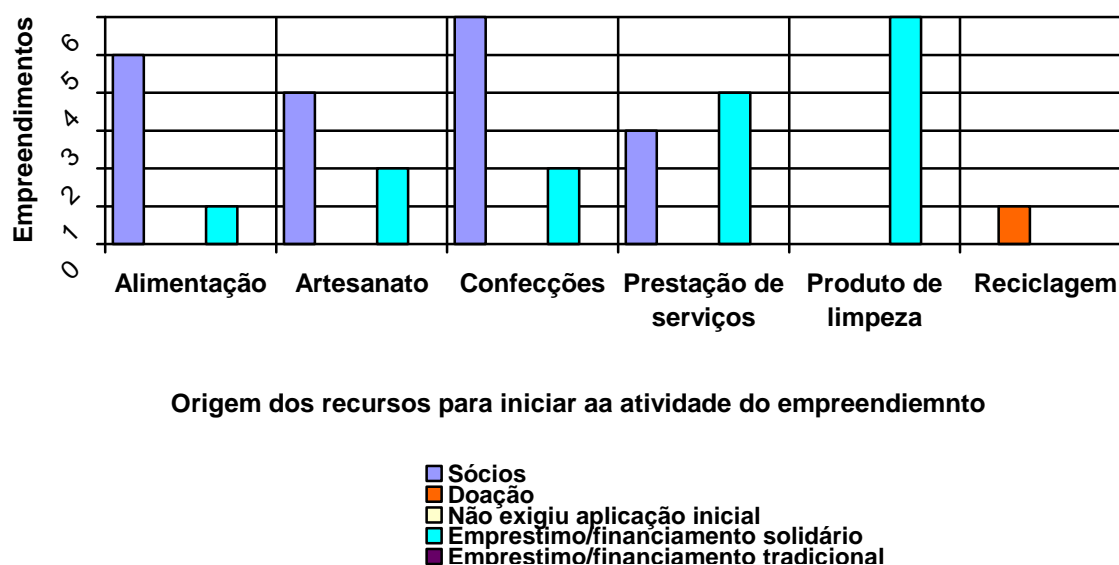


Figura 36. Origem dos recursos para iniciar as atividades dos empreendimentos entrevistados.

### 5.3.2 Síntese

A moeda social e o crédito solidário foram oferecidos pelo Banco Pirê para os empreendimentos solidários, mas a maioria dos entrevistados não possuía empréstimo ou financiamento no momento das entrevistas. Os poucos empreendimentos que obtiveram empréstimo tinham empréstimo solidário e utilizavam a moeda social. O uso da moeda social é uma imposição da rede para o recebimento de crédito, com necessidade de comercializar 20% da produção junto às lojas, feiras, etc. da Rede. Essas percentagens são aquelas encontradas na análise.

A maioria dos empreendimentos pagava seus produtos e comercializava com moeda oficial (Real). Para os empreendedores entrevistados, a moeda social

não trouxe nenhum benefício, como criação de empregos ou aumento da renda. Foi possível observar que o grau de satisfação em relação a utilização da moeda social é baixo, o que reforça a idéia de uma rede útil principalmente para a formação e apoio na comercialização de pequenos empreendimentos.

## 5.4 Desenvolvimento Local

### 5.4.1 Resultados

Conforme indicado na figura 37, a maioria dos empreendimentos de alimentação, artesanato, confecções, prestação de serviços e produtos de limpeza investiu nos últimos dois anos na compra de máquinas, equipamentos e matéria-prima. Os empresários entrevistados no setor de reciclagem não souberam informar. Essas informações indicam o desejo dos empresários de melhorar suas empresas e, por consequência, seus níveis de vida.

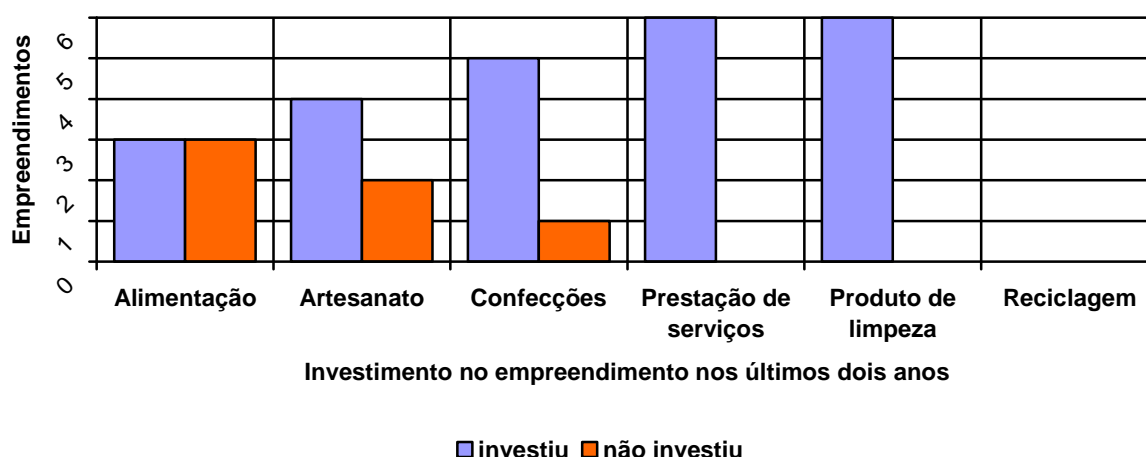


Figura 37. Empresas visitadas que realizaram investimentos nos últimos dois anos.

Não foi detectada inadimplência entre os empreendimentos entrevistados e muitos deles já quitaram suas dívidas.

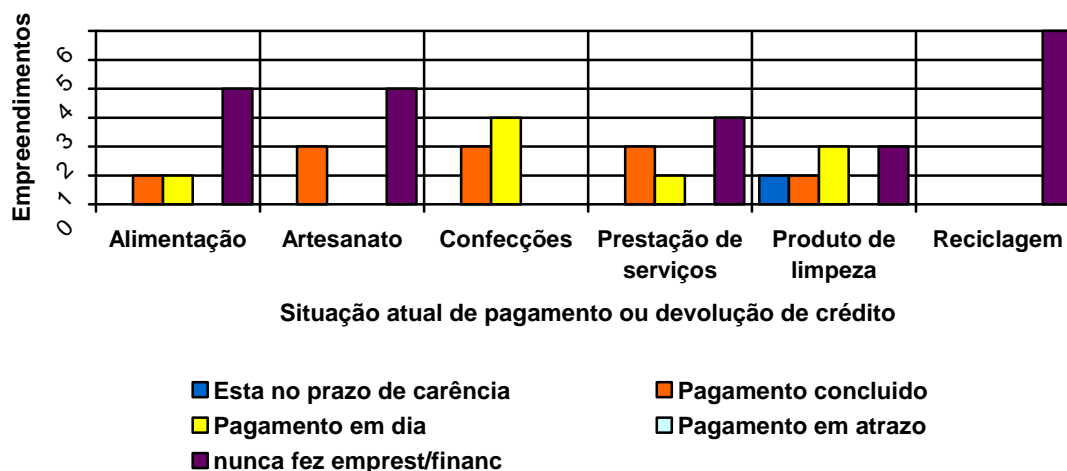


Figura 38. Situação atual de pagamento ou devolução de crédito, nos empreendimentos visitados.

Muitos empreendedores afirmaram encontrar bastante dificuldade para a concessão de crédito em instituições financeiras privadas. As dificuldades devem-se principalmente as taxas de juros elevadas ou incompatíveis com a capacidade do empreendimento, a dificuldade em fornecer a documentação exigida e a ausência de avalista ou de garantias (figura 39).

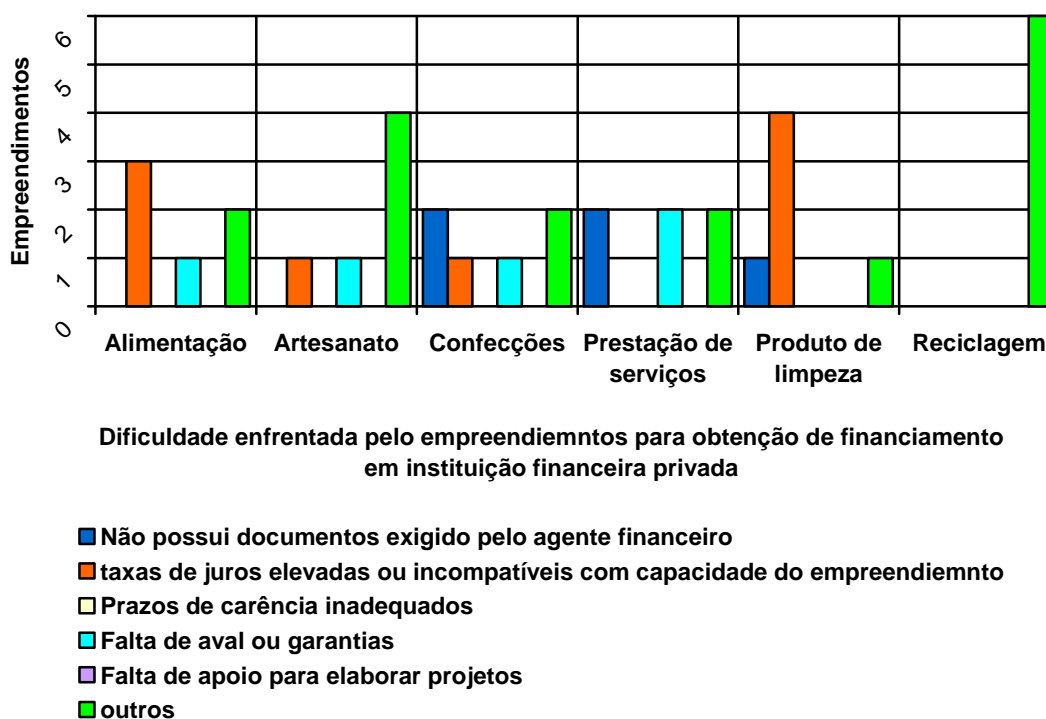


Figura 39. Dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos visitados para obtenção de financiamento em instituições financeiras privadas.

Os empreendedores entrevistados afirmaram não existir dificuldades para obtenção de crédito solidário. No entanto, grande parte dos empreendimentos nunca procurou obter dinheiro dessa forma. Mas quando os trabalhadores obtêm o crédito, Melo Neto Segundo afirma que eles se sentem valorizados como cidadãos.

A maioria dos empreendimentos, no ano anterior as entrevistas, conseguiu pagar suas despesas de funcionamento e ter um excedente, conforme figura 40. Os empreendedores de reciclagem que participaram da pesquisa não tiveram excedentes, mas conseguiram pagar as contas. Somente um empreendimento de artesanato não conseguiu pagar suas despesas.

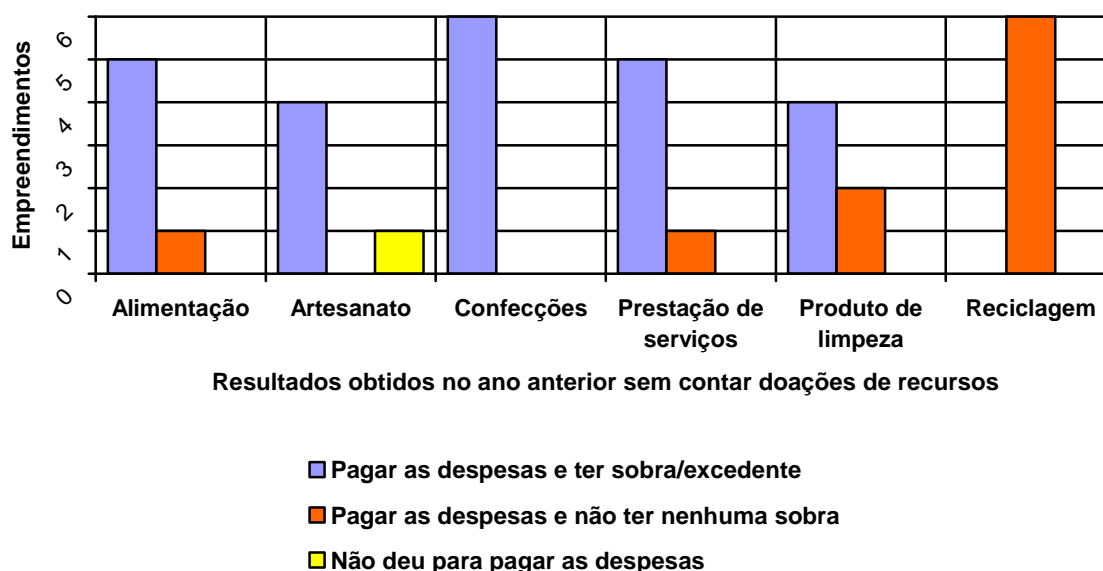


Figura 40. Resultados obtidos pelos empreendimentos visitados, no ano anterior as entrevistas, sem contar doações de recursos.

Os empreendedores das empresas de Produtos de limpeza eram os únicos remunerados por hora trabalhada. Todos os demais recebiam por produto, ou produtividade.

A remuneração média mensal dos empreendedores foi estimada entre meio e um salário mínimo. O número de empreendedores que declararam ganhar acima de um salário mínimo foi de apenas 3 entre os 36 entrevistados (Figura 41). Esses resultados denotam os baixos níveis de salário obtidos pelos empreendimentos de economia solidária.

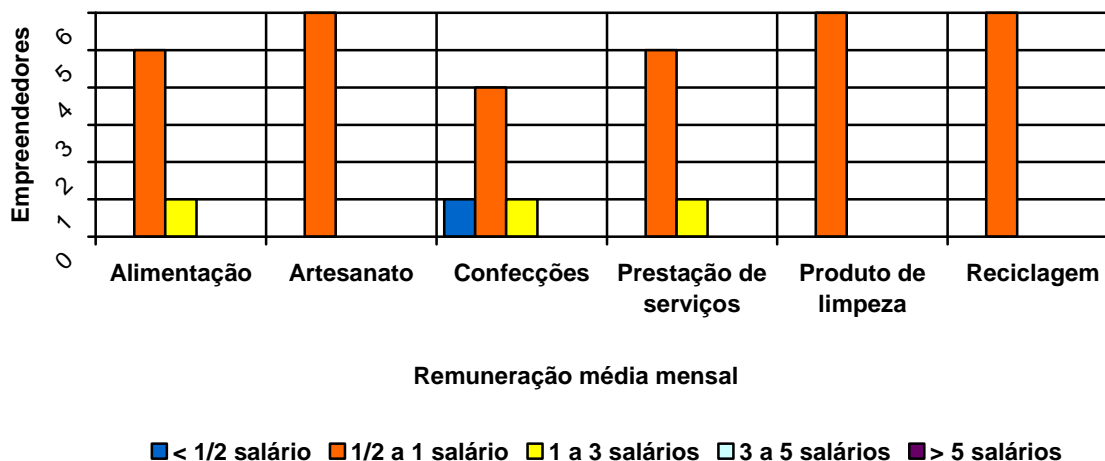


Figura 41. Remuneração média mensal dos empreendedores entrevistados.

Segundo a figura 42, das mudanças ocorridas na vida dos empreendedores entrevistados após se inserirem na Rede, o aumento da auto-estima foi o mais importante. A maioria se declarou mais valorizada, feliz e esperançosa por um futuro mais estável. As pessoas enfatizaram o fato de passarem a ser solidários e, mesmo não trabalhando diretamente em grupo, de passar a viver mais próximo um dos outros, até mesmo através dos cursos, capacitações e atividades que fizeram juntos. A independência financeira foi citada por apenas um empreendimento, o que pode ser explicada pela baixa renda das pessoas. Os empreendimentos de reciclagem foram a exceção, pois foram os únicos a não ver nenhuma mudança.



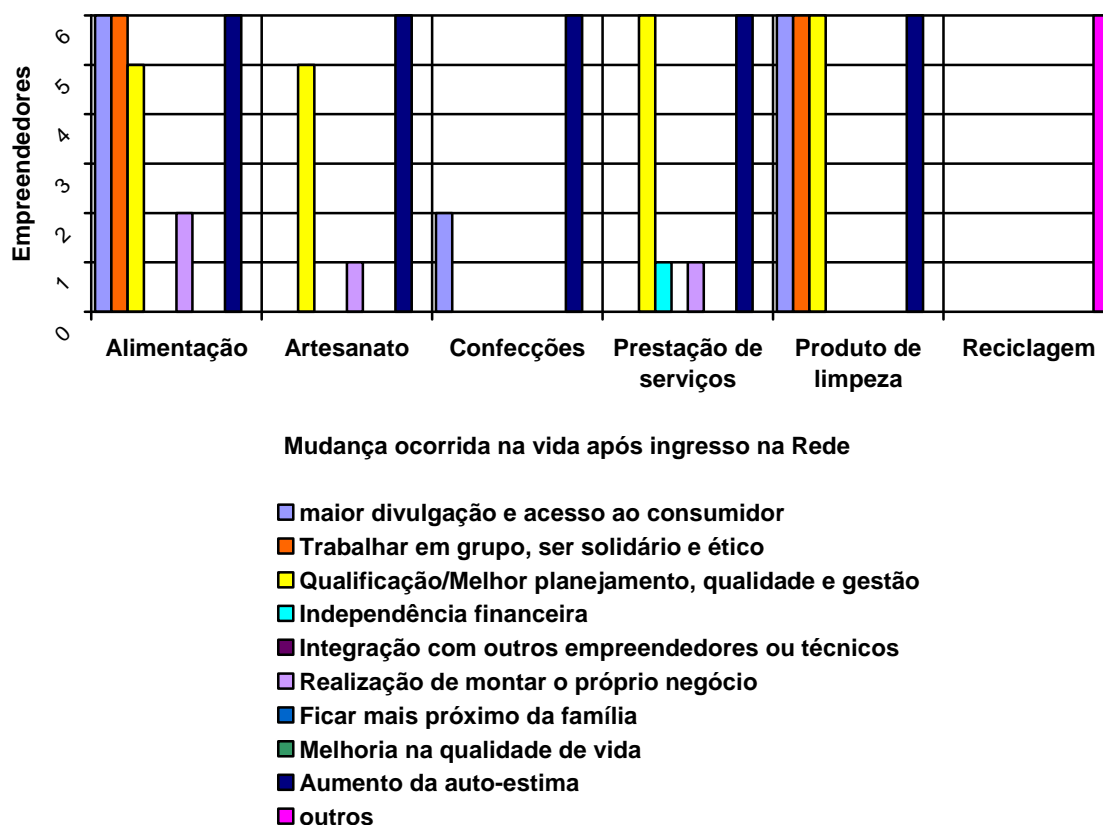


Figura 42. Mudanças ocorridas na vida dos empreendedores entrevistados, após ingresso na Rede de economia solidária.

Quando perguntados se a introdução da moeda social tinha permitida a criação de mais postos de trabalho, os empreendedores foram unânime em responder que não.

### 5.4.2 Síntese

Vários empreendedores disseram que após se inserirem na Rede houve aumento da auto-estima. A maioria sentiu-se mais valorizada e feliz. No entanto poucos enfatizaram o aspecto financeiro, o que pode ser um freio ao desenvolvimento dos negócios no futuro.

Os resultados das entrevistas parecem indicar que os empreendedores acreditam em seus negócios, com a realização de investimentos para crescer e que gostam de suas atividades. No entanto, o baixo nível dos salários poderá mudar isso no futuro e dificultar a sustentabilidade do negócio.

## 5.5 SÍNTESE GERAL

- PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA:

Os princípios da economia solidária são de conhecimento de todos os indivíduos inseridos na Rede, mas não são totalmente aplicados. A individualidade da produção é grande e vem contra o coletivo que é pregado na economia solidária. Não existe trabalho voltado para a preservação do meio ambiente, ao contrário do defendido pela economia solidária.

A mulher é maioria na Rede, o que eleva a valorização do grupo e está conforme aos princípios da economia solidária. Em paralelo, os empreendimentos são essencialmente individuais ou familiares, e no caso de empresa coletiva, como no caso de reciclagem, a administração escapa aos trabalhadores.

Os resultados da pesquisa indicam o não respeito das regras de economia solidária na maioria dos empreendimentos, que se comportam mais como empresas individuais trabalhando junto quando necessário, como no caso do material de limpeza. A empresa de reciclagem forma um caso específico e é aquela que mais se aproxima de um empreendimento solidário. No entanto, a ausência de auto-gestão pelos participantes prejudica a classificação do empreendimento como empresa solidária.

- BENEFÍCIOS DA MOEDA SOCIAL E OUTRAS FERRAMENTAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA:

Mesmo com a existência de um sistema de microcrédito para estimular a produção local e satisfazer a demanda de consumo, muitos empreendedores não recorrem a essa ferramenta. A moeda social e os cartões de crédito são muito pouco utilizados;

As feiras e lojas solidárias não estimularam um sistema de compras coletivas, principalmente para aquisição de produtos fora da Rede. A cultura do individualismo e da competição ainda está arraigada nas empresas que buscam respostas imediatas, além da desconfiança que existe com os próprios colegas da Rede. Essa situação impede a implantação de soluções econômicas alternativas e seguras e limita os ganhos dos empreendimentos.

O benefício da moeda social para os empreendedores seria de fornecer oportunidade para comercialização individual numa estrutura coletiva, o que não foi encontrado nas empresas entrevistadas.

A Rede de Economia Solidária tem a ONG Mulheres em Movimento como mantenedora do Banco Pirê que ofereceu crédito, promoveu feiras solidárias, ministrou cursos de qualificação aos empreendedores inseridos na Rede.

- APOIO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL:

Através da economia solidária, muitos empreendedores, principalmente mulheres que superaram a doença da depressão, estão com auto-estima elevada. Aos poucos estão conseguindo expor de dentro para fora suas habilidades, aprendendo a absorver o conhecimento vindo de fora para crescer na sociedade.

Com a finalidade de tomar iniciativas para enfrentar o desemprego, a ação da economia solidária tem o empreendedorismo como uma nova postura local.

Mesmo com a maioria dos empreendimentos individuais, o desenvolvimento local acontecerá quando estiverem unidos na comunidade para melhorar a qualidade de vida de todos.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Rede de Economia Solidária de Dourado-MS possui muitos empreendimentos que não podem ser caracterizados como empresas solidárias. O individualismo é bastante presente na produção destes empreendimentos. Portanto empreendimentos que não possuem como princípio a propriedade coletiva dos meios de produção e da auto gestão, segundo o Guia de Economia Solidária (2008), não podem ser incluídos na proposta da economia solidária.

A autogestão está presente na maioria dos empreendimentos individuais, o que é esperado em empresas com apenas um dono. Já nos coletivos a dificuldade de auto gerir-se é grande. Um exemplo é o empreendimento de produtos de limpeza que trabalha de forma coletiva com pessoas sem conhecimento de administração e controle. Com dedicação e vontade de levar adiante o empreendimento o qual tiram o sustento os participantes vão se ajustando em meio as dificuldades, esperando um apoio neste sentido seja de universidades, Ongs, etc. para capacitá-los.

A maioria dos empreendedores era do sexo feminino. Apesar de não respeitar os princípios de economia solidária as empresas oferecem a elas a possibilidade de reconhecimento e valorização diante de uma sociedade machista. Apesar da renda reduzida, os retornos obtidos permitem as mulheres complementar a renda familiar, fato que se não fosse pela economia solidária não poderiam, devido a idade, falta de estudo e até mesmo imposição do esposo para não ficar fora do lar. Com a participação majoritária das mulheres, existe uma certa deficiência da Rede na prestação de serviços, que envolvem atividades como pedreiros, carpinteiros, eletricitas, etc.

Há muita incompreensão sobre o significado da economia solidária, que acaba incorporando atividades econômicas que não têm nada a ver, às vezes por desconhecimento ou compreensão errônea, pelo desejo de concorrer a financiamentos solidários e por acreditar que tal denominação pode ser vantajoso junto ao atual governo.

Os órgãos de apoio que trabalham com capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento ao crédito, assistência técnica e organizativa reconhecem que existem empreendimentos de produção individual, mas acreditam que se tornam solidários quando em algum momento do processo se unem numa atividade coletiva. Nos empreendimentos visitados em Dourados, isto acontece no momento da comercialização, onde todos dividem a estrutura das lojas solidárias, feiras, etc. e nas reuniões que acontece todos os meses.

O uso da moeda social não é bem aceito pelos empreendedores, com certa rejeição. A circulação acontece pela exigência da Rede de consumir no mínimo 20% da comercialização em moeda social para quem recebe crédito solidário. As trocas de produtos quase não acontecem e falta conscientização, confiança e cooperação entre os empreendedores da Rede que alegaram não perceber muitas vantagens no uso da moeda social.

O Trabalho da Ong Mulheres em Movimento, através do Banco Pirê, é constante na atuação de não permitir a acomodação por parte dos empreendedores, convocando-os para as reuniões, capacitações, cursos, qualificações e buscando parcerias com entidades de assessoria e/ou fomento.

A moeda social e todo o trabalho de economia solidária são vistos pela ONG como uma forma de inclusão. No entanto, quando um empreendimento criado com apoio e trabalho da Rede cresce e ocupa parte significativa do mercado formal, se desliga da Rede e passa a impor os conceitos capitalistas, não se sensibilizando, ou solidarizando com os empreendimentos solidários. Essa situação fortalece a visão da ausência de empreendimentos realmente solidários na região.

Os empreendedores sentem-se valorizados diante da sociedade após terem se inserido na Rede, alegando que a auto-estima melhorou. Mesmo em meio as dificuldades encontradas, a inserção na Rede foi uma forma de estarem trabalhando, gerando renda para sustento. Os indivíduos inseridos neste contexto não estão se metabolizando com suas capacidades, competências, habilidade. Não conseguem por si só formar, desenvolver e renovar as estruturas para a produção do bem estar social, com auto-estima e auto-confiança de forma coletiva e individual.

Estão muito dependentes dos órgãos de apoio, situação que ficou explícita devido ao número de ações que deixaram de ser realizadas no momento em que houve troca de poder municipal. Há necessidade de uma ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos que participam de espaços privilegiados, de decisões de consciência social dos direitos sociais que Ávila chama de empoderamento.

As relações de solidariedade entre trabalhadores e o apoio de algumas entidades são fundamentais, porém insuficientes. Há necessidade de articular mais pessoas e instituições para proporcionar mais formação, informação e capacitação para condução do negócio. No caso do empreendimento de produtos de limpeza a falta de conhecimento na parte administrativa, financeira e gerencial impede a autogestão. Há uma série de barreiras a serem superadas e até rompidas e que demandam tempo. Esse empreendimento possui atividades, administração e comercialização coletivas, o que mostra que os resultados alcançados são mais positivos apesar da grande dificuldade de gestão em que o empreendimento se encontra. Todos estão engajados para superar esses problemas, porque como diz Eid (2004), não há autogestão sem um engajamento efetivo do grupo.

Outra dificuldade é que na maioria das vezes, a licitação para financiamento, comercialização e outros exige a legalização do empreendimento. A formalização pode ser muitas vezes adaptada para atender as necessidades do grupo. No caso da Microempresa de confecções, a produção é individual e somente a utilização do CNPJ, Nota fiscal e manutenção da microempresa se torna coletivo.

Como a maioria dos empreendedores é individual ou supra-familiar seria interessante uma análise por parte da Rede para incluí-los junto ao MEI – Microempreendedor Individual. Com isso poderá retirar o CNPJ, pagará um imposto fixo por mês, terá o benefício da contribuição do INSS, com direito a aposentadoria, poderá contratar um empregado, poderá emitir nota fiscal para pessoa jurídica e não necessitará emitir nota fiscal para venda ao consumidor final.

Vale ressaltar o esforço dos órgãos e agentes envolvidos para a implantação de uma forma de inclusão socioeconômica. Várias pessoas estão hoje produzindo e comercializando devido ao apoio encontrado nesses organismos dentro

da rede de economia solidária. Mesmo assim, existem dificuldades para se aplicar a economia solidária com seus devidos princípios. Onde há coletividade falta a autogestão e onde há autogestão é o individualismo que impera.

A comunidade envolvida na economia solidária deve se preparar para cada vez mais se auto-gerir e manter o que foi construído sem dependência total dos órgãos de apoio. Muitos empreendimentos a partir do momento que houve mudança no governo municipal deixaram de existir, outros continuaram suas atividades fora da rede, isso porque não tiveram mais os benefícios de antes. Isso mostra que não absorveram a solidariedade, cooperativismo e autogestão.

Para que a rede de colaboração solidária alcance seu principal objetivo, é necessário integrar grupos consumidores, produtores e de prestação de serviços em uma mesma organização fazendo que uma parte do excedente obtido com a venda dos produtos e serviços seja reinvestida na própria rede, para gerar mais grupos de produção e microempresas criando mais postos de trabalho.

Um passo importante foi dado para a criação da rede de economia solidária pelo Banco Pirê. É preciso proporcionar à comunidade um maior conhecimento e apropriação de conceitos e ferramentas da economia solidária, criar momentos de convivência, exercitando o espírito de solidariedade e ampliando o conhecimento da nova economia que se pretende consolidar na Rede. Se possível, é também necessário criar um espaço onde os empreendedores possam comercializar produtos e serviços sem moeda oficial.

É preciso despertar a percepção da sociedade em geral em relação à importância de pensar alternativas à economia que sejam alternativas às lógicas dominantes. A educação deve ser baseada na concepção da educação popular como processo de construção de conhecimento, visando a transformação social, política, cultural, ambiental e econômica, com metodologias e pedagogias voltadas para a autogestão, cooperação e solidariedade.

## 7. REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. *Conhecimento, inclusão social e desenvolvimento local*. Inclusão social, Brasília, v.1, n.2, p. 17-22, abr./set 2006. In [1]. Soc-2006-27  
[www.ibict.br/revistainclusaosocialincludedegetdoc.php?id=148&article=27&mode=pdf](http://www.ibict.br/revistainclusaosocialincludedegetdoc.php?id=148&article=27&mode=pdf) - acesso em 15/05/ 2008.

ALVES, R. M. *A Economia Solidária e os novos Paradigmas de Desenvolvimento: Sustentabilidade, Solidariedade e Territorialidade*. Brasília. Mimeo, 2004.

ALTERNATIVA, Associação para promoção do Comércio Justo. *Carta de Princípios*. 30 de agosto de 2004.

[http://alternativa.comercio-justo.org/index.php?option=com\\_content&view=article&catid=&id=4%3Acarta-de-princos&Itemid=28](http://alternativa.comercio-justo.org/index.php?option=com_content&view=article&catid=&id=4%3Acarta-de-princos&Itemid=28) acesso em 02/10/2008.

ARAUJO, T.B. *I Conferencia Nacional de Economia Solidária: Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento*. Brasília, 26 à 29 de junho de 2006. Anais pág. 40-45.

ÁVILA, V.F. [et al]. *Formação educacional em Desenvolvimento Local: Relato de Estudo em Grupo e Análise de Conceitos*. Campo Grande, MS: UCDB, 2000.

ÁVILA, V.F. *Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local*, Sobral. UVA, 2006

BARONE, F M. DANTAS, V, LIMA, P. F, REZENDE, V. *Introdução ao Microcrédito*. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

ORSTOM, V. *Viagem em Torno do Território*. Publicado originalmente como “*Voyage autour du territoire*”. *L`Espace Géographique*, tomo X, n.4, 1981,pp.249-62. Tradução de Márcia Trigueiro.

BRUNET, R. FERRAS, R. THÉRY, H. *Lés mots de la Geographie: dictionnairee critique*. Reclus-la Documentacion Française. 1993.

BÚRIGO, F. L. *Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária*. UFSC. Florianópolis, 2001. <http://www.milenio.com.br/ifil/rccs/biblioteca/burigo.htm> acesso em 19/08/2007

CAMILOTTI, L. *Procedimentos de Integração para desenvolvimento local a partir dos princípios do empreendedorismo*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. p.130. Disponível em: <http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/4329.pdf>. Acesso em 20-05-2008.

CARNEIRO. *Crédito Solidário é opção barata para empreendedor com poucos recursos*.



Equipe InfoMoney. 2008.

<http://web.infomoney.com.br/templates/news/view.asp?codigo=1453120&path=/seunegocio/financeiro/> acesso em 02/02/2009.

CASTILHO, M. A. [et al.]. *Metodologia da pesquisa e do trabalho científico*. 2.ed.- Campo Grande:UCDB,2006.

CATTANI, A. D. *A outra economia: os conceitos essenciais*. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 9-14.

CORAGGIO, J. L. *Da economia dos setores populares à economia do trabalho*. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE; UCSAL, 2000.

CRIPA, L. *Consumo Ético e Solidário*. Dourados, 2007. Disponível em : <http://www.bancopirê.org>.

CULTI, M.N. *Mulheres na economia solidária*. São Paulo.Unitrabalho, 2004.

CURRIEN, N. e GENSOLLEN, M. Réseaux de télécommunications et aménagement de l'espace. *Revue Géographique de L'est*, 1985. n° 1, p.47-56.

DIAS, L. C. *Redes: emergência e organização*. In: CASTRO, I. E. de et all.(Orgs). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, RJ. 1995. p. 141-162. Dourados-MS. <http://www.hotelmias.com.br/d/dourad.htm> acesso em 15/01/2009.

ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Mapeamento 2005-2007 Mato Grosso do Sul*. Mapeamento nacional realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), em convênio firmado entre UNITRABALHO e FINEP, ref: 2297/06-nº 01.06.0547.00.

EID, F. (2008) *apud* FRANÇA.B.H. BARBOSA, E.CASTRO,R. SANTOS R. *Guia de Economia Solidária: ou porque não organizar cooperativas para populações carentes*. 1ª ed.Niterói. Ed. EdUFF. 2008.

FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio Escolar da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira S.A., 1993.

FISCHER, T. *A gestão do desenvolvimento social: agenda em aberto e propostas de qualificação*. VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11. Oct. 2002.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANCO, A. *O lugar mais desenvolvido do mundo: Investindo no Capital Social para promover o desenvolvimento comunitário*. Projeto DLIS. Sistema AED- agência de educação para o desenvolvimento. Ed. AED. DF-Brasil, 2004.

GAIGER, L. I. *A economia solidária e o projeto de outra mundialização*. DADOS. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. 47, n.4, 2004, pp 799 - 834. [http://www.rits.org.br/redes\\_teste/rd\\_conceitos.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_conceitos.cfm) acesso em 16/08/2008.

GRESSLER, L. A. *Introdução à pesquisa*. Projetos e relatórios. São Paulo Loyola. 2003.

GUIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: *ou porque não organizar cooperativas para populações carentes*. 1ª ed. Niterói. Ed. EdUFF. 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Comunicação social. Síntese de indicadores sociais 2007. Set 2007. [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_impresao.php?id\\_noticia=987](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=987)

LANGE, M. *Crise mundial já afeta a agricultura*. [http://www.douradosagora.com.br/not-view.php?not\\_id=239319](http://www.douradosagora.com.br/not-view.php?not_id=239319). 2008. acesso em 15/01/2009.

LIETAER, B.. *Brève histoire des systèmes d'échange local*. <http://www.selidaire.org/liste/dpt13/selmart/histosel.htm>. 2000.

LOPEZ, T. *Servicio Social y desarrollo local*. Colegio de asistentes sociales. Chile, 1991.

SILVEIRA, R. L. *Redes e Território: uma breve contribuição geográfica ao debate sobre a relação da sociedade e tecnologia*. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidade de Barcelona. Vol. VIII, n.451. 15 de junio de 2003. <http://www.ub.es/geocrit/b3w-451.htm> [ISSN 1138-9796]

MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada*. Tradução MONTINGELLI, N. Jr.; FARIAS, A.A. de. 3ª ed. Porto Alegre, Bookmann, 2001. p. 720.

MACHADO, T. *Microcrédito: Mercado de trabalho. Conjuntura e análise*. Pág 11-13. Presidente do Instituto centro cape, diretora do Banco do Povo Minas Gerais <http://www2.mte.gov.br/pnmpo/microcredito.pdf>. acesso em dez 2007.

MELO NETO SEGUNDO, J.J. <http://www.ashoka.org.br/hotsite/joaquim.pdf> ACESSO EM 16 03 2008.

MELO NETO SEGUNDO, J.J. MAGALHÃES, S. *Bairros pobres ricas soluções*. Banco Palmas ponto a ponto. Cj Palmeira. Fortaleza, CE, 2003.

NASCIMENTO, A. F. *Economia Popular Solidária: alternativa de geração de trabalho e renda*. 2004 <http://www.upf.br/semgiest/download/artigos/area1/4.pdf> acesso em 31/01/2009.

MENDONÇA, A.H.P. *Real perde força para Moeda Social*.

<http://www.douradosnews.com.br/leitura.php?id=20928> acesso em 06/09/2008.

NOSSA CAIXA. [www.nossacaixa.com.br/públicos/paginas/governo/Governo.aspx](http://www.nossacaixa.com.br/públicos/paginas/governo/Governo.aspx). acesso em 2008.

OFFNER, J-M. e PUMAIN, D. *Réseaux et territoires: significations croisées*. Paris: Ed de 1' Aube, 1996.

OLIVEIRA, F. COSTA, M. S. (Sup.). *Desemprego e Ideologia: As explicações das causas do desemprego utilizadas por trabalhadores metalúrgicos*. Caderno de Psicologia Social do Trabalho. p. 1-13. 1998. [www.pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/cpst/v1/v1a02.pdf](http://www.pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/cpst/v1/v1a02.pdf) acesso em 31/01/2009.

OUTRO CONSUMO É POSSÍVEL. Cartilha elaborada por CICAF;CEFURIA;Talher Paraná. Março,2009.

PEREIRA, F.C. *O que é empoderamento (Empowerment)2006*. <http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia8/artigos1.php> acesso em 03/09/2009

PIERSON, D. Teoria e pesquisa em sociologia. 11.. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática,1993.

RATZEL, F. *O solo, a sociedade e o Estado*. In: Revista do Departamento de Geografia. São Paulo. n.2, 1983. p.93-101.

ROCA ,H.O. *Economia solidária: hacia una nueva civilización. pacífica em ação*. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

SANTOS, M. *Território e Dinheiro*. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. *Território, Territórios*. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. p.17 – 38.

SANTOS, M. SOUZA, M. A. de. E SILVEIRA, M. L. *O retorno do território*. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de . e SILVEIRA, Maria Laura ( orgs). *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo, HUCITEC/ANPUR, 1994.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: espaço e tempo-razão e emoção*. 3.ed., São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo. Hucitec,1996. P. 25-29.

SANTOS, M. *Por uma geografia das redes*. In A Natureza do espaço. São Paulo. Hucitec. 1996. P 208-229.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro. Record. 2000.

SEBRAE. “Número de empresas formais e fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas no Brasil”. 2006 [www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br) . Acesso em 01/02/2008.

SEBRAE. O que é microcrédito? <http://mundosebrae.wordpress.com/2008/07/22/o-que-e-microcredito/> acesso em 01/02/2008.

SICSÚ, J. PAULA, L. F. MICHEL, R.. *Novo-Desenvolvimentismo: um projeto de crescimento com equidade social*. Barueri: Manoel, 2005.

SILVA, C. A. *O que são redes*.  
[http://www.rits.org.br/redes\\_teste/rd\\_oqredes.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_oqredes.cfm) acesso em 16/09/2008.

SINGER, P. *Economia solidária: possibilidades e desafios*. *Proposta*, ano 30, n. 88-89, Rio de Janeiro: Fase.2001.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a. 127p.

SINGER, P. *O Combate a pobreza e suas vítimas*. Bahia Analise&Dados. Salvados. SEI.v.12 n.1 p.21-23. Junho 2002.

SINGER, P. *Clubes de Trueques y Economia Solidaria Trueque*. Buenos Aires, Nodo Obelisco-Red Global de Trueque. n.3, ano 2. 1999.

SINGER, P. *I Conferencia Nacional de Economia Solidária: Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento*. Brasília, 26 à 29 de junho de 2006. Anais pág 39-40

XAVIER, E. *Outras formas de fazer Economia Solidária*. Artigo publicado em 15/07/2007 <http://www.eudesxavier.org.br/economia/texto.php?ID=52> acesso em 02/02/2009.

# **ANEXOS**

## **ANEXO I: REGIMENTO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

### **I – DA FINALIDADE**

Art. 1º - A Rede de Economia Solidária de Dourados – MS, é uma organização civil e democrática de trabalhadores(as) e consumidores(as) solidários(as) com a finalidade de gerar trabalho e renda, inclusão social e produtiva, desenvolvimento local sustentável a partir dos princípios básicos de cooperação, auto-gestão, solidariedade, ética, respeito às diferenças individuais, valorização do(a) trabalhador(a) e preservação do meio ambiente.

### **II – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 2º - A Rede de Economia Solidária tem a seguinte estrutura básica:

01 – Qualificação para o trabalho

02 – Empreendimentos Solidários

03 – Formação de Empreendedores/as;

a) Encontro de empreendedores/as

b) Encontro por setor de produção

c) Cursos: Formando Times, Aprender a empreender, juntos somos fortes, Técnicas em venda;

d) Requalificação para o trabalho

e) Encontros e conferências

04 – Seminário de Economia Solidária.

05 – Fórum Municipal de Economia Solidária

06 – Comercialização de produtos e serviços:

a) Feiras

b) Loja Solidária

c) Trocas Solidárias

d) Eventos

e) Página da Web

07 – Banco Pire

### **III – DAS COMPETÊNCIAS**

#### **1 – QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO**

Art. 3º - A qualificação para o trabalho é de competência do Município de Dourados por meio da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária, que desenvolve, através da Superintendência de Economia Solidária o Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho nos bairros populares de Dourados.

## **2 – DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS**

Art. 4º - Os Empreendimentos Solidários são constituídos por pessoas que trabalham individualmente e grupos informais e/ou legalmente constituídos ( familiares, supra familiares e coletivos) que se organizam e a eles competem: produzir, prestar serviços e praticas o comércio justo, com a finalidade de gerar trabalho e renda, a partir dos princípios básicos da Economia Solidária.

## **3 - DA FORMAÇÃO DE EMPREENDEDORES(AS)**

Art. 5º - Compete a Superintendência da Economia Solidária em parceria com o Banco Pirê, ministrar, incentivar e apoiar a formação dos/as empreendedores/as, com a finalidade especifica de promover a pessoa humana como cidadã, empreendedora e agente protagonista na construção de um novo modelo econômico através de:

- a) Encontro de Empreendedores/as em cada região mapeada pela ECOSL, uma vez por mês;
- b) Encontro por setor de produção para troca de experiência, aprendizado comum, agilização do processo de legalização e compra conjunta da meteria prima.
- c) Cursos:
  - Formando Times – promovido para iniciantes na Rede de ECOSOL;
  - Capacitação para o empreendedorismo;
- d) Requalificação para o trabalho – aperfeiçoamento na área específica de cada setor de produção para os empreededores/as da Rede.
- e) Encontros e Conferencias –Participação em nível local, regional, estadual e nacional.

## **4 – DO SEMINÁRIO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Art. 6º - À Secretaria de Asssitencia Social e Economia Solidária compe, organizar uma vez por ano, o seminário de Economia Solidária como espaço de encontro entre todos(as) os(as) empreededores(as) do Município de Dourados, com o objetivo de fortalecer a Rede de ECOSOL, aprofundar os princípios da ECOSOL; sensibilizar os(as) participantes e a sociedade de que uma Outra Economia já esta acontecendo.

## 5 – DO FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Art.7º - Cabe ao Executivo Municipal criar, por meio de Decreto, o Fórum de Economia Solidária com a finalidade de discutir, aprofundar e deliberar propostas básicas e práticas para o desenvolvimento da Rede ECOSOL de Dourados. Dele participam:

- a) dois empreendedores eleitos em cada região;
- b) um(a) representante da Superintendência de Economia Solidária;
- c) uma representante do Banco Pire;
- d) uma representante da Loja Solidária;
- e) um(a) representante da Universidade Federal (UFGD);
- f) um(a) representante da Universidade Estadual (UEMS);
- g) um(a) representante quilombola;
- h) um(a) representante indígena;
- i) um(a) representante da agricultura familiar;
- j) um(a) representante da agência de emprego;
- k) um(a) representante da Cáritas Diocesana;
- l) um(a) representante da DRT;
- m) um(a) representante dos programas de Transferência de renda;
- n) um(a) representante do SEBRAE;
- o) um(a) representante dos municípios vizinhos que integram à Rede de Economia Solidária de Dourados.

**Parágrafo Único** – Os(as) representantes das regiões serão eleitos(as) pelos(as) empreendedores(as) de cada região e assumem o compromisso de coletar, da respectiva região, propostas para a Rede e de repassar as decisões tomadas pelo Fórum.

Art. 8º - Compete ao Banco Pire em conjunto com a Superintendência de Economia Solidária e/ou dois empreendedores(as), solicitar a cada dois anos, via ofício, a indicação de novos representantes para o Fórum, podendo cada pessoa ter apenas uma recondução.

Art. 9º - O Fórum terá uma coordenação composta por uma equipe de três pessoas, sendo um(a) coordenador(a), um(a) vice-coordenador(a) e um secretário(a), eleito(as) dentre os diversos representantes, para o período de um ano.

**Parágrafo primeiro:** A coordenação poderá ser reconduzida apenas uma vez e deverá haver revezamento entre entidades governamental, instituições de fomento e empreendedores(as).



**Parágrafo segundo;** As atribuições da coordenação, a periodicidade das reuniões e as normas específicas do funcionamento do Fórum deverão constar no Decreto de criação do Fórum de Economia Solidária.

## **6 – DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS**

Art. 10º - A comercialização dos produtos e serviços é promovida com apoio da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária, Banco Pire e outros organismos sensíveis à causa, através de:

a) Feiras:

- Nos bairros – conforme organização própria de cada região, acompanhada pela monitora local:
- Central – Promovida no centro da Cidade em quatro grandes festas comemorativas: semana da mulher, semana das mães, semana da Pátria e semana do natal. Sua realização segue o Regimento da feira de ECOSOL.

b) Lojas Solidárias – Espaço aberto e democrático para comercialização dos produtos da Rede de ECOSOL e agricultura familiar advindos da agro-ecologia, administrado pelo Banco Pire em parceria com a Superintendência de Economia Solidária e o Fórum de Economia Solidária. As normas de seu funcionamento estão previstas em Regimento próprio.

c) Trocas Solidárias – Atividade desenvolvida na Rede para fortalecer o consumo solidário.

d) Eventos – Espaços esporádicos oferecidos por terceiros à Rede de ECOSOL, para expor e comercializar seus produtos.

e) Página da Web – Criada e mantida pelo BancoPirê, com a finalidade específica de divulgar a Rede de Ecosol, seus produtos e efetuar a comercialização dos mesmos.

**Parágrafo único:** A participação em eventos prevista na alínea “d” deste artigo, quando possível, está sujeita a apreciação e decisão do Fórum de Economia Solidária.

## **7 – DO BANCO PIRÊ**

Art. 11 – O Banco Pire é um Banco Comunitário de Desenvolvimento cuja mantenedora é a ONG “Mulheres em Movimento”. Tem a finalidade de fomentar a Economia Solidária em Dourados, através de finanças solidárias, formação cidadã, apoio à comercialização e legalização dos empreendimentos, criação da moeda social, cartão de credito e outros.

## **IV – DOS CRITÉRIOS E INTEGRAÇÃO À REDE**

Art. 12 – São critérios para integrar-se a Rede de Economia Solidária de Dourados:

- a) qualificar-se para o trabalho
- b) participar do Curso Formando Times;
- c) fazer o cadastro junto à monitora no bairro;
- d) participar da capacitação continuada em educação cidadã;
- e) estar disposto(a) a trabalhar seguindo os princípios da ECOSOL;
- f) dispor-se a praticar o consumo solidário;
- g) assumir este Regimento e os específicos de cada atividade ( Feira, loja...).

Art. 13 – Para ter direito aos benefícios da Rede de Economia Solidária: finança solidária, requalificação para o trabalho, participação em feiras e eventos, loja solidária, encontros e conferencias, etc. todos(as) os(as) empreendedores(as) de cada empreendimento deverão participar ativamente dos encontros de capacitação continuada em educação cidadã, realizados em cada região, uma vez por mês.

**Parágrafo único;** Durante três meses, tendo duas faltas, o(a) empreendedor(a) perderá o direito de qualquer benefício da Rede, sendo reabilitado após três meses de participação consecutiva.

## **V – DAS PARCERIAS**

Art. 15 - A Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária tem como finalidade específica fomentar a Economia Solidária por meio de: cursos de qualificação para o trabalho e requalificação; formação dos empreendedores(as) para a gestão; equipe técnica multiprofissional para acompanhamento dos empreendimentos; equipe de monitoras(es) para acompanhar e articular a Rede nos bairros; apoio financeiro e suporte técnico para comercialização dos produtos (feiras, lojas solidárias, eventos, etc).

Art. 16 – O Banco Pirê assume junto à Rede de Economia Solidária o compromisso de apoio no que concerne à finanças solidárias, legalização, comercialização, sistemas de crédito (moeda social, cartão e outros), educação cidadã e acompanhamento aos empreendimentos solidários.

Art 17 – As Universidades parceiras contribuirão na produção do conhecimento tecnológico, processo de incubagem e fomento a pesquisa.

Art 18 – Os(as) Consumidores(as) Solidários(as) são todas as pessoas que consomem produtos da Economia Solidária por acreditarem numa outra economia possível e, fazem do consumo solidário, a forma de apoiar a geração de trabalho e renda com desenvolvimento local e sustentável.

## **VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 19 – Fica o Fórum de Economia Solidária autorizado a modificar no todo ou em parte este Regimento, depois da realização de mini assembléias em todas as Regiões onde a Rede de Economia Solidária está implantada, com registro das atas constando as propostas de emendas e supressões.

Art. 20 – Este Regimento entra em vigor após sua aprovação pelo Fórum de Economia Solidária, convocados especificamente para este fim.

Art. 21 – Revogam-se as disposições em contrário.

Dourados, 27 de fevereiro de 2007.

Participantes do Fórum de Economia Solidária:

---

---

**ANEXO II:**  
**DECRETO CRIAÇÃO DO FÓRUM DE ECOSOL DE DOURADOS**

**DECRETO Nº. 4201**  
**DE 18 DE ABRIL DE 2007**

*“Cria o Fórum de Economia Solidária de Dourados”*

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADOS, no uso das atribuições que confere o inciso II do art. 66 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º - Fica criado o Fórum de Economia Solidária de Dourados com a seguinte composição indicada pelas referidas entidades:

- a) dois representantes dos empregadores eleitos em cada região onde a rede de economia solidária esta organizada
- b) um representante da Superintendência de Economia Solidária;
- c) um representante do Banco Pire;
- d) um representante da Loja Solidária;
- e) um representante da Universidade Federal (UFGD);
- f) um representante da Universidade Estadual (UEMS);
- g) um representante quilombola;
- h) um representante indígena;
- i) um representante da agricultura familiar;
- j) um representante da agência de emprego;
- k) um representante da Cáritas Diocesana;
- l) um representante da DRT;
- m) um representante dos programas de Transferência de renda;
- n) um representante do SEBRAE;
- o) um representante dos municípios vizinhos que integram à Rede de Economia Solidária de Dourados.

Art. 2º - O Fórum de Economia Solidária tem a finalidade de discutir, aprofundar e deliberar propostas básicas para o desenvolvimento da Rede de Economia Solidária em Dourados.

Art. 3º - O Fórum de Economia Solidária reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e terá uma coordenação composta por uma equipe de três membros.

I Coordenador

II vice-coordenador

III Secretário

Parágrafo único – A coordenação será eleita dentre os diversos representantes, para o período de um ano, sendo permitida a recondução apenas uma vez e deverá haver revezamento entre: entidade governamental, instituições de fomento e empreendedores.

Dourados, 18 de abril de 2007.

José Laerte Cecílio Tetila  
Prefeito

IVONETE LAURINDA FERREIRA  
Secretaria Municipal de Assistência e Economia Solidária  
Em Exercício

**ANEXO III:**  
**Questionário aplicado para levantar o perfil dos empreendimentos econômicos e solidários de 2008**

**Ficha Cadastral de Empreendimentos de Economia Solidária**  
**Rede de Economia Solidária – Dourados/MS**  
**2008**

**Região:** \_\_\_\_\_ **Setor de Produção:** \_\_\_\_\_ **Tipo de Produção:** \_\_\_\_\_

**1 – Nome do Empreendimento:**

\_\_\_\_\_

**2 – Endereço:** \_\_\_\_\_ **Nº** \_\_\_\_\_

**Bairro:** \_\_\_\_\_ **Telefone: Cel:** \_\_\_\_\_ **Fixo:** \_\_\_\_\_

**3 – O Empreendimento é:** (\_\_\_) Coletivo      (\_\_\_) Familiar      (\_\_\_) Individual

**4 – Integrantes do Empreendimento:**

Nome	Documentos	Sexo	Raça	Grau de Escolaridade	Data Nasc.	Nº de pessoas da casa
	RG: CPF:					
	RG: CPF:					
	RG: CPF:					
	RG: CPF:					
	RG: CPF:					
	RG: CPF:					

**5 – Tempo de existência do Empreendimento:**

\_\_\_\_\_

**6 – Faturamento mensal aproximado: R\$**

\_\_\_\_\_

**7 – Participa da Rede de Economia Solidária há quanto tempo?**

\_\_\_\_\_

**8 – Já fez algum curso pelo Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho?** (\_\_\_) Sim      (\_\_\_) Não

9 – Recebe algum benefício? (\_\_\_) Sim (\_\_\_) Não Qual?

\_\_\_\_\_

**OBS:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Responsável pelos dados cadastrais:**

\_\_\_\_\_

**Monitora:**

\_\_\_\_\_

Dourados, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

### ANEXO IV: Moeda Social Pirapirê



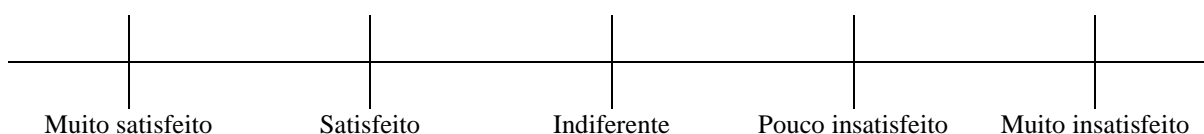
**ANEXO V:  
Questionário da pesquisa**

**Questionário para pesquisa de mestrado em Desenvolvimento Local com  
tema: Rede de Economia Solidária e Papel da Moeda Social no Município de  
Dourados-MS.**

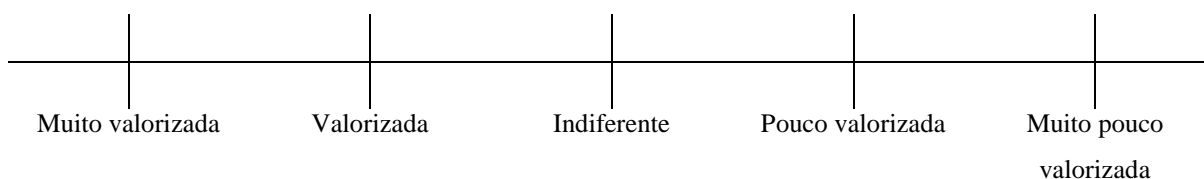
**Seguimento:** \_\_\_\_\_ **Formação escolar:** \_\_\_\_\_ **Idade:** \_\_\_\_\_

**1. ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**1.1. Qual seu grau de satisfação quanto ao empreendimento?**



**1.2. Como você classifica a mulher na economia solidária?**



**1.3. Você tem empregados? S/N \_\_\_\_\_**

**1.3.1. Quantos? \_\_\_\_\_**

**1.4. Quem administra o empreendimento?**

Eu mesmo     Eu junto órgão de apoio     Órgãos de apoio

Outra pessoa do empreendimento

**1.5. O que motivou a criação do empreendimento?**

Ganhar mais       Desemprego       Companhia

Motivada por participação em cursos     Ficar mais próximo da família

Ficar sem chefe

**1.6. A atividade do empreendimento é:**

Individual       Coletiva       Familiar

**1.7. Os equipamentos utilizados no empreendimento são:**



Individual                       Coletivo

**1.8. Você comercializa seus produtos? S/N \_\_\_\_\_**

**1.8.1. Onde?**

Loja solidária             Feira solidária     Mercado formal

Mercado informal     Feiras Livres

**1.9. Como é feita a comercialização dos produtos e/ou serviços do empreendimento?**

direta ao consumidor       revendedores atacadistas

órgão governamentais     outros empreendimentos solidários

outros \_\_\_\_\_

**1.10. Todos os sócios participam da administração do empreendimento?**

**S/N\_\_\_\_\_**

**1.11. Qual destino é dado ao lixo gerado pelo empreendimento?**

Coleta normal             coleta especial             esgoto sem tratamento

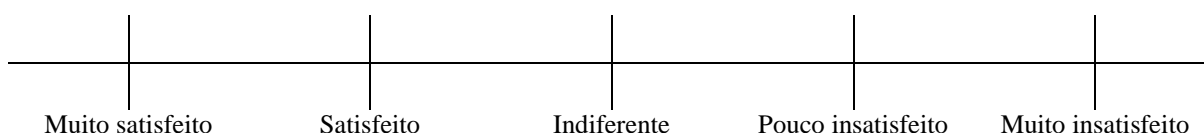
faz tratamento de resíduos antes de eliminar     Rios, riachos, córrego sem tratamento

**1.12. O empreendimento participa ou desenvolve ação social ou comunitária? S/N\_\_\_\_\_**

**1.12.1. Quais \_\_\_\_\_**

## **2. REDES**

**2.1. Qual seu grau de satisfação em relação à Rede de economia solidária?**



**2.2. Existe cooperação entre os empreendedores da Rede? S/N\_\_\_\_\_**

divide nota     divide a estrutura             divide compra

divide a venda             outro: \_\_\_\_\_

**2.3. Você participa na gestão do banco pire? S/N\_\_\_\_\_****2.3.1. Como?\_\_\_\_\_****2.4. Sua comercialização se dá junto aos empreendimentos:** Inseridos na rede: \_\_\_\_\_ % Não Inseridos na Rede: \_\_\_\_\_ %**2.5. Você participa da Rede de Economia Solidária:** Diretamente       Indiretamente       Não participo**2.6. Marque quais benefícios que a rede oferece que você utiliza:** Cartão de crédito       Empréstimo       Financiamento Capacitação profissional**2.7. Seu empreendimento recebe apoio dos órgão de apoio? S/N\_\_Qual órgão?** Ongs, Igrejas       Órgão governamentais Universidades, incubadoras       Outros: \_\_\_\_\_**2.8. A origem da matéria-prima ou insumos se dá:** Rede de Economia Solidária       Fora da Rede de Economia Solidária**2.9. Que tipo de apoio teve o empreendimento?** Assistência técnica e/ou gerencial Qualificação profissional, técnica, gerencial Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária) Assistência Jurídica Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços Diagnostico, planejamento e análise da viabilidade econômica Assessoria na formalização ou registro Outros: \_\_\_\_\_**3. DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**3.1. Investiu no empreendimento nos últimos dois anos? S/N \_\_\_\_\_****3.1.1. Porque?**

Acredita no empreendimento  Não acredita no empreendimento

**3.2. No momento existe necessidade de financiamento/crédito? S/N \_\_\_\_\_****3.2.1. Para qual finalidade? \_\_\_\_\_****3.3. Qual a situação atual do pagamento ou devolução do crédito?**

Esta no prazo de carência  Pagamento concluído  Pagamento em dia

Pagamento em atraso  Outra situação: \_\_\_\_\_

**3.4. O empreendimento enfrentou ou enfrenta dificuldade para obtenção do financiamento? S/N \_\_\_\_\_****3.4.1. em qual tipo de instituição?**

privado  Rede solidária.

**3.4.2. Qual tipo de dificuldade?**

não possui documento exigido pelo agente financeiro

taxas de juros elevadas ou incompatíveis com capacidade do empreendimento

prazos de carência inadequados

Falta de Aval ou garantias

Falta de apoio para elaborar projeto

**3.5. No ano anterior, os resultados obtidos da atividade econômica do empreendimento, sem contar com doações de recursos, permitiram:**

pagar as despesas e ter sobra/excedente

pagar as despesas e não ter nenhuma sobra

não deu pra pagar as despesas

**3.6. Como é a remuneração dos sócios que trabalham no empreendimento?**

remuneração fixa  por produto ou produtividade  por horas

não esta conseguindo remunerar

**3.7. Qual a remuneração média mensal?**

< ½ salário  ½ a 1 salário  1 a 3 salários

3 a 5 salários       >5 salários

**3.8. Após seu ingresso na Rede, quais foram as principais mudanças ocorridas em sua vida?**

- Maior divulgação e acesso ao consumidor através da Rede de Economia Solidária  
 Trabalhar em grupo, ser solidário e ético  
 Qualificação / Melhor planejamento, qualidade e gestão  
 Independência financeira  
 Integração com outros empreendedores e técnicos  
 Realização de montar o próprio negócio  
 Ficar mais próximo da família  
 Melhoria na qualidade de vida  
 Aumento da auto-estima

**3.9. Após a implantação da moeda social gerou mais postos de trabalho? S/N\_\_**

no empreendimento       empresas gerais na região

**4. MOEDA SOCIAL**

**4.1. O empreendimento possui empréstimo? S/N\_\_\_\_\_**

Crédito Solidário       Microcrédito.

4.1.1. Para que?  equipamentos  Capital de giro

**4.2. Qual a forma de pagamento de seus produtos?**

Troca de produtos       Moeda Oficial(real)       Moeda social (pirapirê)

**4.3. Qual percentual de compras com:**

4.3.1. Moeda Social: \_\_\_\_\_%

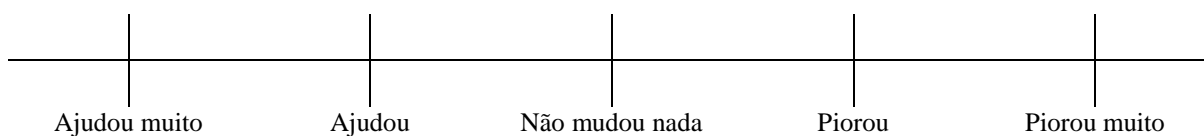
4.3.2. Moeda Oficial: \_\_\_\_\_%

**4.4. Tipo e forma de pagamento da comercialização:**

	%	Forma de Pagto %		
		M.S	R\$	Troca

Loja solidária				
Feira solidária				
Feira livre				
Mercado formal				
Mercado informal				

**4.5. Para você a Moeda Social:**



**4.6. Há quanto tempo utiliza a moeda social? \_\_\_\_\_**

**4.7. Qual a origem dos recursos financeiros para iniciar as atividade do empreendimento?**

- dos sócios       Doação     não exigiu aplicação inicial de recursos  
 empréstimo/financiamento Solidário     empréstimo/financiamento tradicional